

**UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**UMA ABORDAGEM DA POLÍTICA EDUCACIONAL ENTRE
1930 E 1934: o ensino secundário do Estado de São Paulo**

RENATA LUIGIA CRESTO GARCIA

**PIRACICABA - SP
2013**

UMA ABORDAGEM DA POLÍTICA EDUCACIONAL ENTRE 1930 E 1934: o ensino secundário do Estado de São Paulo

RENATA LUIGIA CRESTO GARCIA

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Raquel Pereira Chainho Gandini

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIMEP como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação

**PIRACICABA - SP
2013**

Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIMEP
Bibliotecária: Luciene Cristina Correa Ferreira CRB-8/ 8235

G216u Garcia, Renata Luigia Cresto.
Uma abordagem da política educacional entre 1930 e 1934: o ensino secundário do Estado de São Paulo./ Renata Luigia Cresto Garcia. – Piracicaba, SP: [s.n.], 2013.
101 f.; il.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências Humanas / Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Metodista de Piracicaba. 2013.
Orientador: Dra. Raquel Pereira Chainho Gandini.
Inclui Bibliografia

1. Política Educacional. 2. Ensino secundário. 3. Estado de São Paulo. I. Gandini, Raquel Pereira Chainho II. Universidade Metodista de Piracicaba. III Título.

CDU 37

Banca Examinadora

Professora Dr^a Raquel Pereira Chainho Gandini (UNIMEP)

Professora Dr^a Maria Angélica Penatti Pipitone (ESALQ/USP)

Professor Dr. Raimundo Donato do Prado Ribeiro (UNIMEP)

DEDICATÓRIA

A meu marido e companheiro de jornada, que teve paciência de ouvir minhas leituras e aceitar minha ausência em vários momentos;

À minha mãe e minha irmã, que com suas preces e carinho me apoiaram;

Aos meus filhos amados, Pedro e André, por todo amor que dedicam a mim.

Aos meus Grandes Amigos Thais Gonsales e Taitson Alberto Santos Leal (amigo de dissidência), por todo amor, companheirismo, ajuda, carinho, apoio incondicional, cumplicidade, lealdade e traquinagens, companheiros inesquecíveis.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível pelo apoio de muitas pessoas. A elas gostaria de expressar minha profunda gratidão:

À professora Dr^a Raquel Pereira Chainho Gandini, pela orientação segura e precisa, por assumir minha orientação e aceitar o desafio; por respeitar meus limites, acreditar em meu potencial e me dar autonomia; pelas minuciosas leituras e correções; pela pessoa maravilhosa que tornou o processo não menos complicado, mas muito melhor.

Aos caros Professores Doutores da UNIMEP, pelos momentos de aprendizagem e troca de boas energias. Obrigada ao professor Elias Boaventura (in memoriam), por nos ensinar “que ser acadêmico é necessário para o nosso crescimento como pesquisadores, mas ser humano é fundamental para o nosso desenvolvimento como educadores”; à professora Maria Guiomar C. Tomazello (Magui), por seu brilhantismo e por seus ensinamentos; ao professor Cesar Romero Amaral Vieira, por suas cobranças e empenho em nos ensinar; ao professor Cleiton de Oliveira por nos ensinar “que a vida é mesmo assim” e, com isso, nos mostrar que todos somos capazes; à professora Selma Borghi Venco, por sua visão social “de não jogar a criança com a água da bacia”, nos ensinando que devemos ter cautela em nossas análises. Agradecimentos especiais ao professor José Maria Paiva, por ter proporcionado, em suas aulas, provocativas, a reflexão, nos levando ao questionamento, tão necessário para a elaboração deste trabalho. Agradecimento à professora Luzia Batista de Oliveira Silva, que, pelos corredores e cafés da UNIMEP, sempre “doou” uma palavra de apoio e um sorriso amigo.

Pela contribuição, meu respeito e agradecimento à banca, composta pela professora Dr^a Maria Angélica e pelo professor Dr. Raimundo Donato do Prado Ribeiro, que ajudaram, de maneira decisiva e significativa, a formulação deste trabalho.

Às meninas da secretaria, Angelise Sallera Bongagna, Bruna Eloa de Almeida, Cintia Vasconcelos Hernández Ortolã, Dulce Helena dos Santos, Eliete

Penteado Bertonceli, Maria Inês Verdicchio Paiva, Rosemeire Rizzo Denadai, por estarem sempre disponíveis para ajudar com atenção e dedicação.

Assim como à querida Elaine Xavier Pereira, a supersecretária do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UNIMEP – pela dedicação, respeito e inúmeras informações prestadas com tanta propriedade.

Aos meus eternos amigos, Edson de Souza Brito Garcia (marido), Tháís Gonsales, Taitson Alberto Santos Leal, Rudnei Francisco Funes, Nelson Batista, Wagner Montanhini, grandes incentivadores.

A todos os colegas de curso, dos diferentes módulos.

Agradeço, de maneira muito especial, ao professor José Roberto Cassiano, que, além de ser o revisor deste trabalho, foi um grande incentivador.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – Brasil. Sem esse apoio não seria possível a realização desse trabalho, obrigada.

RESUMO

Essa dissertação tem como objeto de estudo a política educacional no Estado de São Paulo no período do Governo Provisório de Getúlio Vargas e, especificamente, a implantação do ensino secundário na década de 1930 no mesmo Estado. O objetivo da pesquisa foi o de analisar as políticas educacionais no Estado de São Paulo nos anos de 1930 a 1934, investigando como essas políticas educacionais influenciaram a constituição da rede escolar secundária de São Paulo. A investigação teve caráter sócio-histórico e foi realizada por meio de pesquisas bibliográfica, documental e iconográfica. Realizamos um breve levantamento de acontecimentos relevantes da época, procurando elucidar os interesses da implantação de tal modelo de ensino, como, por exemplo, as reformas da educação no Estado de São Paulo. Ao pesquisar sobre o Estado de São Paulo, especificamente as mudanças na educação secundária, no período citado, verificamos a implantação do *Código de Educação* de 1933, influenciado pelas novas ideias da Escola Nova, também contribuiu para o esclarecimento dos acontecimentos da época; assim como, a abordagem sobre a criação de ginásios no Estado, no âmbito do ensino secundário. Além do prédio escolar, o mobiliário, os seus utensílios, até o uniforme dos discentes ganharam sentido pelo seu uso em nossa pesquisa. Tendo em vista que o ensino não se resume aos bens físicos, aos métodos, aos discentes e ao colegiado, foi necessário, também, fazer uma análise sobre a política educacional vigente. Para tal, realizou-se um estudo sobre as políticas de Armando de Salles Oliveira, que ganhou destaque na reorganização do ensino secundário de São Paulo e na criação de novos ginásios, através de decretos e dos vários Diretores da Instrução Pública que passaram por esse cargo. Demonstraram-se ainda as influências das novas ideias educacionais na Constituição Brasileira, assinada em 1934.

Palavras chave: Política educacional, Ensino secundário, Estado de São Paulo.

ABSTRACT

This paper aims to study educational policy in the state of São Paulo in the period of the provisional government of Getúlio Vargas, and specifically the implementation of secondary education in the 1930s in the very state. The research aimed to analyze the educational policies in the state of São Paulo from the period of 1930 to 1934, investigating how these educational policies influenced the formation of the secondary school network in São Paulo. The research was socio-historically characterized and was performed by means of a bibliographical, documentary and iconographic approach. We conducted a brief survey of relevant events of the period, bringing to light the interests of implementing that model of teaching, i.e. education reforms in the State of São Paulo. When we did research on the subject of the State of São Paulo, more specifically the changes in secondary education in the aforementioned period, we verify the implementation of the Education Code of 1933, influenced by new ideas from the New School model; it also contributed to put light on the events of the time, as well as the approach to the creation of gymnasiums in the state, within secondary education. In addition to the school building, the furniture, the vessels, the uniform of the students were relevant to our research. Given that education is not limited to physical goods, methods, students and the collegiate, it was also necessary to make an analysis on the current educational policy. To do so, we carried out a study on Armando de Salles Oliveira policies, who became prominent in the reorganization of secondary education in São Paulo and in creating new gymnasiums, through decrees and various Directors of Public Instruction who were in this office according to the period. We also demonstrated the influence of new educational ideas in the Brazilian Constitution, signed in 1934.

Key-Words: Educational Policy, Secondary Education, São Paulo State.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Fotografia da Revolução de 1930, Getúlio Dornelles Vargas.....	16
Figura 2: Protótipo de sala de aula da década de 1930.....	51
Figura 3: Banco coletivo escolar.....	53
Figura 4: Carteira dupla.....	54
Figura 5: Tinteiro e caneta bico de pena	55
Figura 6: Mata-borrão.....	55
Figura 7: Educação Física.....	58
Figura 8: Foto do primeiro prédio que abrigou o Ginásio de São Paulo.....	61
Figura 9: Colégio Culto à Ciência, Campinas - SP.....	63
Figura 10: Ginásio Ribeirão Preto - S P.....	64
Figura 11: Ginásio Estadual de Araraquara - SP.....	66
Figura 12: Escadaria da Casa a Cultura de Araraquara, antigo Ginásio do Estado, de Araraquara.....	68
Figura 13: Nomeação do Interventor Armando de Salles Oliveira.....	79
Figura 14: Foto Oficial da Bancada da Chapa Única.....	84

LISTA DE GRÁFICOS

- Quadro 1:** Gráfico comparativo do número de matrículas no ensino secundário, nos colégios particulares e estaduais no estado de São Paulo, do ano de 1910 e com o ano de 1930.....29
- Quadro 2:** Os Ministros da Educação e Saúde Pública de 1930 a 1934.....45
- Quadro 3:** Tabela do Livro de Matrícula do Curso Preparatório 1932.....66

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. CAPÍTULO I - O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL NO GOVERNO PROVISÓRIO DE GETÚLIO VARGAS	14
1.1 As disputas ideológicas e a IV Conferência Nacional da Educação.....	20
1.2 O ensino secundário do Estado de São Paulo.....	24
1.3 A organização do ensino paulista.....	31
2. CAPÍTULO II - AS MUDANÇAS EDUCACIONAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO E O CÓDIGO DE EDUCAÇÃO DE 1933	37
2.1 Os acontecimentos: as políticas educacionais em São Paulo e as instalações das escolas secundárias.....	37
3. CAPÍTULO III - GINÁSIOS DO ESTADO: do uniforme escolar ao método pedagógico	48
3.1 O Uniforme.....	50
3.2 O Mobiliário e o material escolar.....	52
3.3 As primeiras instituições de São Paulo.....	56
3.4 Método pedagógico.....	69
4. CAPÍTULO IV - O ESTADO DE SÃO PAULO DURANTE O PERÍODO DE 1933 A 1934	73
4.1 O cargo de Diretor Geral da Instrução Pública de São Paulo e o Código de Educação.....	73
4.2 O primeiro interventor paulista e civil e a expansão do ensino secundário em São Paulo.....	77
4.3 A Constituição Federal de 1934 e o ato do novo governador e antigo Interventor de São Paulo.....	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS	94

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto de estudo a implantação do ensino secundário¹ na década de 1930, no Estado de São Paulo, no período do Governo Provisório de Getúlio Vargas.

O objetivo da pesquisa foi o de analisar as políticas educacionais no Estado de São Paulo nos anos de 1930 a 1934, investigando como essas políticas educacionais influenciaram a constituição da rede escolar secundária de São Paulo. A escolha desse tema se justifica por procurar entender as mudanças ocorridas no ensino secundário, em meio a tantos conflitos políticos, mudanças econômicas, sociais e pedagógicas, por que o país passava entre 1930 e 1934.

Em especial, objetivou-se investigar o ensino público no nível do ensino secundário no Estado de São Paulo, procurando elucidar os interesses subjacentes à sua implantação. A década de 1930 apresentou algumas reformas da educação decretadas pelo Governo Central, que foram aceitas pelo governo do Estado de São Paulo, onde se deu, de forma mais acelerada, o processo de desenvolvimento industrial e de urbanização e que, portanto, necessitava de maior número de pessoas qualificadas para o trabalho.

Em relação ao nível educacional investigado – Ensino Secundário – a escolha se deu devido a leitura de autores como Aranha (2006), Fausto (1997), Monarcha (1999), Nunes (1962), Souza (2012), Spósito (1984), entre outros, que indicaram a existência de uma preocupação com a educação secundária no período, por ser nesse nível de ensino que se concentravam as ações do poder público nas áreas urbanas, demonstrando, a intenção de aumentar a força de trabalho necessária. Principalmente, nos grandes centros.

¹ **Ensino Secundário:** dentre as alterações estabelecidas pelo ministro Francisco Luiz da Silva Campos na área da educação, nomeada Reforma Campos, a qual foi regulamentada em 18 de abril de 1931, destaca-se o estabelecimento do Ensino Secundário (corresponde atualmente da 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental e da 1ª a 3ª série do Ensino Médio). (CANTARINO FILHO, 1982, *apud*. CORRÊA, 2006, p. 03.)

Considerando que o Estado de São Paulo era governado por interventores nomeados por Getúlio Vargas, em meio a revoluções e mudanças educacionais, cabe perguntar qual a importância do ensino secundário para a área urbana e, em especial, quais pressupostos e quais intenções, estiveram subjacentes às iniciativas de regulamentação do ensino secundário, principalmente no Estado de São Paulo quanto à intervenção do Estado na educação.

Nossa hipótese é que a intervenção do Governo em São Paulo acabou favorecendo a educação regional, principalmente a educação secundária e ao direito da educação pública.

Para realizar este trabalho, foi necessário fazer uma revisão bibliográfica de obras referentes ao período, nas quais se evidenciam as proposições educacionais do governo provisório da era Vargas, com destaque para o ensino secundário de São Paulo e para a nova proposta educacional dos primeiros anos da década de 1930.

Além da revisão bibliográfica, realizamos, também, a pesquisa documental no arquivo público do Estado de São Paulo, diários oficiais, decretos, artigos de jornais e mensagens. A iconografia foi utilizada como apoio à análise das informações escritas, tais como: de jornais, documentos, objetos, locais e pessoas da década de 1930, referentes ao tema.

Desse modo, inicia-se o Capítulo I com a recuperação de alguns acontecimentos que podem auxiliar na compreensão sobre os interesses da implantação de tal modelo de ensino. Dentre esses acontecimentos, destacam-se algumas reformas da educação decretadas pelo Governo Provisório de Getúlio Vargas, que foram aceitas pelo Governo do Estado de São Paulo e os Movimentos da Escola Nova, que, apoiados por intelectuais e congressos, tiveram grande influência nas mudanças educacionais da época.

O Estado de São Paulo e as mudanças em sua educação secundária são os aspectos principais da análise feita no Capítulo II, com base na discussão sobre o Código de Educação e a influência dos defensores da Escola Nova.

Propõe-se, no Capítulo III, a apresentação de um breve levantamento sobre os ginásios das escolas de ensino secundário do Estado de São Paulo, demonstrando que, além do mobiliário, do prédio escolar, dos seus utensílios, até o

uniforme dos discentes ganhou sentido pelo seu uso; significados e métodos que lhes são atribuídos pelos atores educacionais e pela própria sociedade. Mas o ensino não se resumiu aos bens físicos, aos métodos, aos discentes e ao colegiado, dependia, também, da política educacional vigente e seus dirigentes.

No último Capítulo, destaca-se a figura de Armando de Salles Oliveira, com seus decretos junto aos vários Diretores da Instrução Pública do Estado de São Paulo e a criação de nove ginásios.

Apesar de não ser o ensino que os escolanovistas sonhavam e tampouco ser uma educação secundária com acesso para todos, foi um importante passo para o desenvolvimento da educação brasileira.

O Brasil tem sua Constituição assinada em 1934, contendo forte influência das novas ideias educacionais.

CAPÍTULO I

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA NO BRASIL NO GOVERNO PROVISÓRIO DE GETÚLIO VARGAS

Busca-se, neste capítulo, fazer uma breve apresentação dos fatos políticos e do ensino secundário brasileiro, a partir do ano 1930, uma vez que, compreendendo o processo de constituição deles e suas interfaces, é possível estabelecer a relação da educação nacional com a educação estadual de São Paulo na primeira metade da década de 1930, objetivo deste trabalho.

A década de 1930 marca o início das mudanças econômicas, políticas e educacionais no Brasil.

Nos anos 30 estavam presentes algumas ideias elaboradas nas décadas anteriores, mas acompanhadas de uma maior politização frente às questões educacionais, no sentido de “criar um ensino mais adequado à ‘modernização’ do país, com ênfase na capacitação para o trabalho e na formação das elites” (MORAES, 1992, p.293).

Um ponto a ser destacado são os fatos políticos e históricos da época, pois é preciso conhecer o que se passava, nesse período, na sociedade brasileira para se compreender as mudanças educacionais foram necessárias.

No final da década de 1920, vivia-se no Brasil a política chamada “Café com Leite”.

Política de revezamento do poder nacional executada na República Velha entre 1898 e 1930, por presidentes civis fortemente influenciados pelo setor agrário dos Estados de São Paulo - mais poderoso economicamente, principalmente devido à produção de café - e Minas Gerais - maior pólo eleitoral do país da época e produtor de leite.” (FAUSTO, 1997, p.110).

Em 1930, ocorreram eleições para a presidência da República e, de acordo com, a política do “café com leite”, caberia a um político mineiro do Partido Republicano Mineiro (PRM) assumi-la. Porém, o Partido Republicano Paulista

(PRP), ao qual pertencia o então Presidente Washington Luís, indicou um político paulista, Julio Prestes, à sucessão presidencial, dando fim à política acima citada.

Descontente, o PRM rompe com o Presidente Washington Luís, junta-se aos políticos da Paraíba e do Rio Grande do Sul, formando um novo partido, a Aliança Liberal para lançar, à presidência da República, o gaúcho Getúlio Vargas.

Júlio Prestes sai vencedor nas eleições de abril de 1930, deixando insatisfeitos os políticos pertencentes ao partido da Aliança Liberal (nome dado aos aliados mineiros, gaúchos e paraibanos), que alegaram fraude eleitoral.

Os Estados aliados, principalmente o Rio Grande do Sul planejam então, uma revolta armada. A situação acaba agravando-se ainda mais quando o candidato à vice-presidência de Getúlio Vargas, João Pessoa, é assassinado em Recife, capital de Pernambuco. Como os motivos dessa morte foram duvidosos a propaganda getulista aproveitou-se disso para usá-la em seu favor, atribuindo a culpa à oposição, além da crise econômica acentuada pela crise de 1929; a indignação, deste modo, aumentou, e o Exército – que por sua vez era desfavorável ao governo vigente desde o tenentismo – começou a se mobilizar e formou uma junta governamental composta por generais do Exército. No mês seguinte, em três de novembro, Júlio Prestes foi deposto e fugiu junto com Washington Luís e o poder então foi passado para Getúlio Vargas pondo fim à República Velha. (FAUSTO, 1995, p. 101)

No dia 25 de Julho de 1930, João Pessoa, vice-presidente de Getúlio Vargas é assassinado. Isso foi o estopim para que no dia 24 de outubro de 1930, temendo-se uma guerra civil, o alto-comando das Forças Armadas no Rio de Janeiro desencadeasse o golpe, depondo Washington Luís, impedindo a posse de Júlio Prestes e formando uma junta pacificadora, composta pelos generais Mena Barreto, Tasso Fragoso e pelo almirante Isaías Noronha. No dia 03 de novembro de 1930 Getúlio Vargas era empossado, de forma provisória, como presidente da República.



Figura 1 Fonte: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx> Revolução de 1930, Getúlio Dornelles Vargas (centro). Acesso em 02/12/2012

Getúlio Vargas assume o cargo de Chefe do Governo Provisório de 1930 até 1934. Nesses quatro anos, cria vários ministérios, a começar pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, em 14 de novembro de 1930. O primeiro ministro da Educação a ser nomeado foi Francisco Luiz da Silva Campos. A educação seria, segundo Getúlio Vargas, (1930) uma das medidas mais importantes de seu governo

Os primeiros decretos da educação faziam parte da nova reforma que recebeu o nome do próprio ministro em exercício: Reforma Francisco Campos. Apesar de os novos decretos apresentarem aparentes soluções para a educação brasileira, nem todo sistema educacional foi atendido.

Francisco Campos, ao assumir o cargo de ministro, começa uma reforma educacional por meio de decretos, a partir de Abril de 1931.

Os decretos de Francisco Campos imprimem uma nova orientação, voltada para maior autonomia didática e administrativa, interesse pela pesquisa, difusão da cultura, visando ainda ao benefício da comunidade. (ARANHA, 2006, p. 2001).

Os principais decretos foram:

- O **Decreto 19.850**, de 11 de Abril de 1931, cria o **Conselho Nacional de Educação** e os **Conselhos Estaduais de Educação** (que só vão começar a funcionar em 1934)
- O **Decreto 19.851**, de 11 de Abril de 1931, institui o **Estatuto das Universidades Brasileiras** que dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário.
- O **Decreto 19.852**, de 11 de Abril de 1931, dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro.
- O **Decreto 19.890**, de 18 de Abril de 1931, dispõe sobre a organização do ensino secundário.
- O **Decreto 20.158**, de 30 de Julho de 1931, organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências.
- O **Decreto 21.241**, de 14 de Abril de 1932, consolida as disposições sobre o ensino secundário. (ARANHA, 2006, p. 201)

O decreto de número 19.850 tratava da estrutura de ensino. O que existia, até então, era uma estrutura educacional estadual, sem articulação com o sistema central. Tanto era assim que o ensino secundário ocorria, exclusivamente, no Distrito Federal, a qual, embora servisse de modelo aos demais Estados, não os obrigava a adotá-lo. O decreto de número 19.851 e o decreto nº. 19. 852 abordavam a reforma de ensino superior, estimulando a criação de novos cursos. O quarto decreto, de número 19.890, de 18 de abril de 1931, dispunha sobre a organização do ensino secundário, o qual foi consolidado pelo decreto nº 21.241 (anexo 3), de 4 de abril de 1932, no qual o ministro Francisco Campos estabeleceu :

A finalidade exclusiva do ensino secundário não há de ser a matrícula nos cursos superiores; o seu fim, pelo contrário, deve ser a formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional, constituindo seu espírito todo um sistema de hábitos, atitudes e comportamento que o habilitem a viver por si e tomar, em qualquer situação, as decisões mais convenientes e mais seguras. (CAMPOS, 1932, *apud* ROMANELLI, 1988, p. 135)

A finalidade do decreto era preparar os estudantes para os diferentes cursos que surgiam, com um currículo enciclopédico; cabe ressaltar, também, que o ensino secundário passou a ser um ensino organizado, com currículo seriado, composto por dois ciclos, um fundamental (cinco anos) e outro complementar (dois anos), com

frequência obrigatória e a exigência de habilidades para o ingresso no curso superior.

Para entender o que se passava nas escolas de São Paulo é desejável entender as regras estabelecidas nas leis nacionais da educação, que determinavam que todos os colégios nacionais deveriam seguir o modelo do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, então, capital do Brasil.

As exigências para o ingresso no ensino secundário eram muitas e o intuito era fazer com que o curso deixasse de ser passageiro e se tornasse um curso de formação.

A Reforma Francisco Campos redefiniu os saberes a serem ensinados nos colégios, fortalecendo as Ciências Físicas e Naturais, dando uma maior importância ao ensino da Língua Portuguesa, que foi seriada, pela primeira vez, em todos os anos do ensino secundário.

A nova Reforma, através da obrigatoriedade da frequência do aluno, estabeleceu um conjunto de mecanismos disciplinares: a seriação do conhecimento escolar em ciclos e séries anuais, um sistema detalhado e regular de avaliação discente e a reestruturação da inspeção federal, que procurava estabelecer uma normalização nacional do ensino secundário.

O curso complementar, com dois anos, era propedêutico para o curso superior e apresentava um leque de três opções: “para os candidatos à matrícula no curso jurídico”, “para os candidatos nos cursos de medicina, farmácia e odontologia” e “para os candidatos nos cursos de engenharia ou de arquitetura”. (BRASIL, 1931 p. 12).

Era um ensino que contribuía, decisivamente, para formar as elites dirigentes que almejavam os cursos superiores. Tratava-se de um currículo vasto para uma época em que a maioria da população vivia na zona rural, era analfabeta e a população da zona urbana mal terminava o ensino primário.

A Reforma Francisco Campos criou um verdadeiro “ponto de estrangulamento” com os decretos referentes ao ensino secundário, uma vez que dificultava o acesso e a continuidade dos estudos devido à rigidez das normas, ocorrendo o desinteresse dos alunos, resultando disso, muitas vezes, a evasão escolar.

Sobre a política educacional brasileira, diferentes intelectuais passam a debater as novas propostas, sobressaindo-se alguns educadores influenciados pelas ideias pedagógicas estrangeiras, como, por exemplo, Anísio Teixeira, defensor das ideias do americano John Dewey, como afirma Souza (2008) e Lourenço Filho, que foi seguidor das ideias do francês Émile Durkheim.

O movimento ao qual esses intelectuais brasileiros pertenciam era chamado *Escola Nova*, formado por educadores que traduziram os ideais liberais na defesa de uma escola pública para todos e que se empenharam em dar novos rumos à nossa educação, questionavam o tradicionalismo pedagógico, enquanto a Igreja, no seu confronto com o estabelecimento desses novos modelos para a educação, se colocava no lado oposto.

Contudo, nem todos acreditavam que os decretos do governo relativos à educação fossem os mais adequadas para o país. Assim, em 1932, o Manifesto dos Pioneiros², assinado por 26 intelectuais brasileiros, serviu como uma alavanca para que o Governo percebesse que era necessário haver mudanças no âmbito educacional.

Havia, pelo menos, quatro diferentes proposições para a educação brasileira e que merecem destaque: a dos liberais, intelectuais que clamavam por mudanças voltadas para a formação de um plano educacional mais igualitário, endossando as teses de uma Pedagogia nova, encabeçando-a, o Manifesto dos Pioneiros.

Tais intelectuais, que lutavam pela construção de um país mais democrático e acreditavam que o saber deveria ser contagiante e todos deveriam ter a oportunidade de conquistá-lo e que, somente na escola pública, isso seria possível; os católicos, segundo grupo de destaque, opunham-se aos liberais, na perspectiva de Cunha (1984), pois defendiam a educação tradicional, embasada na ordem, severidade e punição.

² **Manifesto dos Pioneiros** O texto foi assinado por 26 intelectuais, Fernando de Azevedo, Afrânio Peixoto, A. de Sampaio Doria, Anísio Spinola Teixeira, M. Bergstrom Lourenço Filho, Roquette Pinto, J. G. Frota Pessoa, Julio de Mesquita Filho, Raul Briquet, Mario Casassanta, C. Delgado de Carvalho, A. Ferreira de Almeida Jr., J. P. Fontenelle, Roldão Lopes de Barros, Noemy M. da Silveira, Hermes Lima, Attilio Vivacqua, Francisco Venâncio Filho, Paulo Maranhão, Cecília Meirelles, Edgar Sussekind de Mendonça, Armanda Álvaro Alberto, Garcia de Rezende, Nóbrega da Cunha, Paschoal Lemme, Raul Gomes. (ARANHA, 2006, p. 202)

A terceira proposição vinha da ANL (Aliança Nacional Libertadora), composta de setores de diversas correntes. Essa organização lutava por uma educação popular, igualitária, mais próxima ao proletariado.

A quarta proposição era do próprio Estado, apoiado pelos chamados aliancistas, que tentavam manter aparente neutralidade.

1.1 As disputas ideológicas e a IV Conferência Nacional da Educação

Diversas narrativas confirmam que o *Manifesto dos Pioneiros* teve sua origem na IV Conferência Nacional de Educação, realizada pela ABE, Associação Brasileira de Educação, em dezembro de 1931, na cidade do Rio de Janeiro.

Getúlio Vargas e o então ministro da educação, Francisco Campos, discursam na Conferência, no Rio de Janeiro, e convocam os educadores a buscarem soluções e definição de um direcionamento pedagógico para o país.

O governo incentivou as discussões sobre os problemas econômicos, financeiros, administrativos, educacionais, tecnológicos e sociais entre empresários, cafeicultores, intelectuais e outros envolvidos nos diversos setores da economia do país. Procurou imprimir padrões e valores específicos das relações capitalistas em uma cultura permeada de valores e padrões herdados da oligarquia escravocrata onde prevalecia um liberalismo urbano e superficial, de conotação ideológica, voltado para as relações externas do país (IANNI, 1996, p. 34).

Getúlio Vargas e Francisco Campos pediram aos participantes que examinassem o problema da educação brasileira e que apresentassem possíveis soluções e afirmaram que o Governo Provisório estava disposto a acatar as orientações traçadas pela Conferência.

Na ocasião, os conferencistas discutiram a possibilidade de dar resposta aos discursos lá pronunciados pelo chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, e por seu ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos, que solicitaram definições sobre “o ‘sentido pedagógico’ da Revolução”, conforme palavras de Nóbrega da Cunha (2003, p. 40), cuja intervenção foi decisiva para a condução dos trabalhos do evento.

Embora tendo sido convocados para tratar, exclusivamente, de questões relativas à educação popular no nível primário, os participantes da Conferência entenderam que o próprio governo reconhecia, publicamente, a falta de uma política educacional.

Presente à Conferência, na qual teve participação importante, estava Carlos Alberto Nóbrega da Cunha, acima citado, jornalista representante da Associação Brasileira de Imprensa e da Associação dos Artistas Brasileiros. Cunha assim resume a sua atuação:

Carlos Alberto Nóbrega da Cunha, jornalista representante da Associação Brasileira de Imprensa e da Associação dos Artistas Brasileiros, amigo de Fernando de Azevedo e “colaborador entusiasta” (ROCHA, 2003, p. 12) de sua reforma do ensino no Distrito Federal, entre 1927 e 1930, apresentou uma “Explicação à Mesa e à Assembleia da IV Conferência de Educação”, na qual assumia “o encargo de esboçar a questão” levantada por Vargas e Campos, para que fosse “levada, já em súmula, ao estudo da futura Conferência Nacional de Educação”, a ocorrer no Recife, no ano seguinte. Declarando atuar “em nome da corrente ideológica, os liberais, cujos princípios e aspirações” defendia, “não em caráter individual, mas como membro de uma vanguarda”. (CUNHA, 2003, p. 59)

A educação era predominantemente tradicional, individualista, e os liberais surgem como opositores, com uma visão de educação coletiva. Os princípios apontados pelo movimento renovador da educação davam ênfase à institucionalização da escola pública, laica, com igualdade de direito a ambos os sexos à educação obrigatória, igualitária e para todos.

Logo, dois grupos se definiram, os liberais que promoviam e lideraram as reformas e o movimento renovador (defensores da Escola Nova) e aqueles que, em sua maioria, católicos, combatiam essas mudanças (defensores da educação tradicional). A Igreja que, até então, mantinha o monopólio do ensino secundário no Brasil, opunha-se às mudanças, acusando os opositores de “anarquistas espirituais”.

A ala católica conservadora entendia que a campanha em favor da escola pública, laica, gratuita e obrigatória, era uma afronta à sua autoridade e que esses

intelectuais trariam um prejuízo irreparável ao sistema social; primeiro, por quererem romper com os ensinamentos morais e religiosos e segundo, por quererem uma coeducação, ou seja, uma educação em comum para os meninos e meninas, as chamadas salas mistas.

No entanto, o Estado não tinha condições materiais de implantar o monopólio, nem tinha a intenção de fazê-lo, tanto é que o próprio presidente Getúlio Vargas, perante os inúmeros problemas existentes no país, convoca os interessados para debaterem os assuntos em busca de resoluções.

Nóbrega da Cunha, representando uma das correntes ideológicas presentes na Conferência, propôs que se confiasse a Fernando de Azevedo a tarefa de consubstanciar, num documento, as sugestões de uma política educacional para responder ao pedido do Governo. Foi esta a origem do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” que se tornou um assunto de grande importância e origem de tantos estudos na área educacional (CUNHA, 1981, p. 75 e 76).

Fernando Azevedo aceita o desafio e redige o documento dentro do prazo e, em março do ano seguinte, 1932, o qual, como já foi dito, foi assinado por 26 intelectuais brasileiros, que não só assinam mas também colaboram para sua elaboração.

O *Manifesto dos Pioneiros* foi publicado em diversos órgãos da imprensa brasileira com o título “A reconstrução educacional no Brasil”, seguido de um subtítulo que identificava a sua destinação: “Ao povo e ao governo”.

A revista *Educação*, editada pela Diretoria Geral do Ensino paulista, veiculou o texto, com o nome original, em seu volume VI, números 1-3, correspondente aos meses de janeiro a março. O jornal carioca *Diário de Notícias* do dia 19 daquele mês, o reproduziu na “Página de Educação” dirigida por Cecília Meireles, porém com outra denominação “Manifesto da nova educação ao governo e ao povo”. (LAMEGO, 1996, p. 101)

Fernando de Azevedo publica, pela Companhia Editora Nacional, o documento, na forma de livro, no mesmo ano, dando o nome original, com o mesmo subtítulo. Inseriu, porém, um traço e colocou a seguinte frase “Manifesto dos

Pioneiros da Educação Nova”, que não demorou muito para ficar conhecido entre os renovadores como o “Manifesto dos Pioneiros”.

Transformando o Manifesto dos Pioneiros em livro, Fernando de Azevedo acreditava que esse documento não seria somente visto como uma notícia passageira, mas estaria firmado como um documento de reivindicações, apoiado em depoimentos, registros documentais e análises que o situavam no ambiente cultural e intelectual da época, podendo, assim, ser lido por todos os educadores e simpatizantes da luta por uma educação para todos.

Um dos pontos altos do *Manifesto dos Pioneiros* era a afirmação do papel da escola que deveria ser, essencialmente, pública, com acesso livre a todos, sendo obrigação do Estado, com a cooperação de todas as instituições sociais, sem prescindir da família, colaboradora efetiva.

Quanto à questão da escola única, ela deveria ser decorrente do direito biológico à educação integral de cada indivíduo. O Estado deveria assegurar que todos tivessem acesso à escola comum e única, abolindo privilégios de classes sociais.

Portanto, a educação deveria ser laica, gratuita, obrigatória e com coeducação. Deveria funcionar com autonomia, financiamento adequado às obras destinadas à educação e com um currículo unificado, nacionalmente. Mas ainda faltavam muitos ajustes para que essa reforma se tornasse a resposta mais adequada à realidade educacional do momento.

O *Manifesto* era um passo na direção das reivindicações dos defensores da escola nova. As mudanças eram lentas e as reclamações eram muitas. A educação era vista como ponto fundamental para o desenvolvimento do país. Por isso, vários eram os interessados em fazer parte dessas mudanças e, assim, estarem no controle da educação.

Muitos interesses estavam em jogo, acompanhando a transformação econômica, a rápida expansão das atividades industriais e a crescente importância dos núcleos urbanos. Esses interesses determinavam forte pressão para a implantação de novas oportunidades educacionais. Nessa direção, tudo indicava um salto quantitativo no campo educacional. Afinal, a educação, até aquele momento, atendia apenas a uma pequena camada da sociedade, advinda das classes dominantes. Com as perspectivas abertas com a Revolução de 1930, formou-se uma pressão de segmentos médios

que reclamam uma educação secundária e mesmo das classes populares que pedem educação primária para seus filhos. (BEOZZO, 1986, p. 298).

O então ministro Francisco Campos recebe o documento dos defensores da Escola Nova, mas, momentaneamente, nada faz, recebendo deles duras críticas, como, por exemplo, de Cecília Meireles:

Veio o Sr. Francisco Campos com o seu feixe de reforma na mão. E, em cada feixe, pontudos espinhos de taxas. Foi mesmo mais uma reforma de preços, que tivemos. E esperávamos uma reforma de finalidades, de ideologia, de democratização máxima do ensino, de escola única, - todas essas coisas que a gente precisa conhecer e amar, antes de ser Ministro da educação... (MEIRELES, 1931, *apud* LAMEGO, 1996, p. 78).

Francisco Campos sofreu pressões de todos os lados. Uma delas vinha da Igreja, que era radicalmente contrária às ideias dos intelectuais da Escola Nova. Além disso, queria retornar ao comando da educação brasileira, posição que havia perdido desde a Primeira República.

Francisco Campos procurou, por um lado, atender à Igreja, sancionando ensino religioso facultativo, com o decreto nº 19.941 de 30/04/1931 que restabelecia o ensino religioso nos níveis primário, secundário e normal; por outro, também favoreceu as ideias dos defensores da Escola Nova, em algumas de suas aspirações, tais como: intervenção estatal na educação, garantia legal da escola pública, obrigatória e gratuita.

São Paulo logo ganhou destaque com a nova reforma educacional, estava em pleno desenvolvimento, possuía capital e necessitava de indivíduos preparados para o seu crescimento.

1.2 O ensino secundário do Estado de São Paulo

Na década de 1930, o crescimento do Estado de São Paulo foi significativo, um crescimento urbano e industrial, diferenciando-se das demais regiões, devido à sua localização e, principalmente, de seu poder econômico, advindo dos acúmulos de capitais dos chamados “Barões do café”. A educação secundária parecia ser a grande arma para o desenvolvimento do Estado, mas a maioria das escolas eram

instituições particulares, o que dificultava atender à demanda dos paulistas por educação.

Em 1930 apenas um ginásio oficial existia na cidade de São Paulo, ao passo que os ginásios particulares alcançaram o número de 40 estabelecimentos no início de 1930. Seis ginásios oficiais são criados no interior paulista em 1933. Mais treze ginásios são criados entre 1934 e 1935 e 22 ginásios são custeados pelos diferentes municípios paulistas entre 1930 e 1935. (BITTENCOURT, 1989, p.35).

Era preciso que o Estado de São Paulo assumisse seu papel perante a educação. As alterações na educação brasileira ocorriam paulatinamente. Muitos decretos eram baixados para que algumas regras já existentes se tornassem nacionais. Esse foi o caso do exame de admissão ao ensino secundário, criado no ano de 1929, também conhecido como “admissão” ao ginásio. Só com o decreto nº 19.890 de 18 de abril de 1931, porém, essa mudança se torna nacional. O Ministério da Educação e Saúde Pública passa a exigir que os alunos prestem uma prova para serem admitidos no ensino secundário. O intuito era selecionar os alunos na faixa etária de 10 a 13 anos, pois a procura era grande e as vagas eram reduzidas. Eram poucas as escolas para a grande demanda de alunos, divididas em particulares e públicas.

Durante quarenta anos, com pequenas modificações, alunos do Curso Primário e suas famílias aguardavam e se preparavam para serem bem sucedidos nos exames para ingresso no Ginásio, objeto de desejo da classe média em ascensão (SPÓSITO, 1984, p.128).

Em São Paulo, as escolas cumpriam a legislação. Muitos alunos faziam o curso preparatório para prestar o exame de admissão tamanha era a dificuldade das provas.

O fracasso nos exames era praticamente inevitável, o que acarretou a disseminação dos cursos de admissão organizados por particulares, mantidos à custa de altas taxas e dificultando condições às populações mais pobres de participar do processo seletivo (SPÓSITO, 1984, p. 64-65).

Além do exame de admissão ser a linha divisória entre o ensino primário e o ensino secundário, era, também, o meio utilizado para selecionar quem teria condições para poder continuar os estudos até o ensino superior, pois a procura pelo ensino secundário a partir de 1931 foi intensa e com dificuldade para o acesso.

O exame de admissão ao ginásio acabou por ser um instrumento seletivo e foi oficializado no ano seguinte. Para tanto, desenvolveram-se novas exigências que deveriam ser cumpridas para se ter direito a uma vaga no Ginásio. Tratava-se do decreto nº 21.241 de 4 de abril de 1932, que consolidava as disposições sobre a organização do ensino secundário.

DA ADMISSÃO AO CURSO SECUNDÁRIO

Art. 20. O candidato a matrícula na 1ª série de estabelecimento de ensino secundário prestará exame de admissão na segunda quinzena de Fevereiro..

§ 1º A inscrição neste exame será feita de 1º a 15 do referido mês mediante requerimento firmado pelo candidato ou seu representante legal.

§ 2º Constarão do requerimento a idade, filiação, naturalidade e residência do candidato.

§ 3º O requerimento virá acompanhado de atestado de vacinação anti-variológica recente e do recibo de pagamento da taxa de inscrição.

Art. 21. O candidato a exame de admissão deverá provar, por certidão do registro civil, ter a idade de 11 anos ou que a completará até 30 de junho do ano em que requerer inscrição. [...] **Art. 25.** O Departamento Nacional do Ensino expedirá instruções que regulem o processo e julgamento dessas provas. (BRASIL, 1931, p. 142).

Mas a legislação não exigia a conclusão do primário para que o candidato prestasse o exame. O certificado de admissão ao ginásio passava a validar a conclusão do ensino primário e o ingresso no ensino secundário.

Conforme dados do IBGE (1936), o número de alunos em 1930, no ensino secundário, no Brasil, era de 40.000, com uma população de 34 milhões; em 1936, o número de alunos no ensino secundário passou a ser de 160.000, com uma população de 38.000 milhões de habitantes.

Segundo o "Anuário do Ensino" do Estado de São Paulo:

Em 1930, a matrícula efetiva em todo o ensino primário alcançava 374.474 alunos, entre os quais 198.087 eram homens e 176.387, mulheres. Nas escolas profissionais primárias havia 3.125 meninos e

3.095 meninas matriculados. Quanto à nacionalidade, 11.358 eram estrangeiros e 137.485, classificados como "filhos de estrangeiros". Nesse ano, de um total de 27.800 matrículas nas escolas secundárias públicas e particulares (ginásios), a população feminina contava com apenas 6.300. (SÃO PAULO, Anuário de 1930, s/p).

Apesar do crescimento populacional, nem todos conseguiam ingressar no ensino secundário, já que não havia vagas suficientes. Saviani (1983, p.5) afirma que nem todos ingressavam no ginásio e mesmo os que ingressavam nem sempre eram bem-sucedidos [...] além do fato de que nem todos, os bem-sucedidos se ajustavam ao tipo de sociedade que se queria consolidar.

Nesse período, em São Paulo, crescia a insatisfação popular, em relação ao governo de Getúlio Vargas. Havia a imposição da figura de um representante do governo para administrar o Estado para complicar, ainda mais, a situação. Passados dois anos da posse do presidente Getúlio Vargas, havia um ponto nevrálgico: a promulgação de uma nova Constituição, promessa feita e não cumprida pelo presidente Getúlio Vargas ao assumir a presidência do Brasil, em 1930.

São Paulo foi o principal Estado a pressionar Getúlio Vargas a cumprir suas promessas. O ano de 1932 foi um ano marcante para o Estado de São Paulo. Nesse ano, eclode a Revolução Constitucionalista.

“Revolução Constitucionalista de 1932”, “Revolução de 1932”, “Movimento Constitucionalista”, “Guerra Civil de 1932” ou “Guerra Paulista” foram as denominações utilizadas para nomear o movimento armado que ocorreu em São Paulo, entre os meses de junho e outubro de 1932. Continha por objetivo a derrubada do governo de Getúlio Vargas e a promulgação de uma nova Constituição para o Brasil.

O governo de Getúlio Vargas interferia diretamente na política paulista, por meio do código dos interventores³, de forma ditatorial.

³**Código dos Interventores** Nome dado ao Decreto nº 20.348, de agosto de 1931, por meio do qual o presidente Getúlio Vargas regulamentou o controle a ser por ele exercido sobre as interventorias federais nos Estados. (MONARCHA, 2010, p. 72).

A nomeação de interventores após a vitória da Revolução de 1930 não transcorreu sem problemas. Sentindo-se preteridos, os membros das tradicionais forças políticas locais logo entravam em conflito com as novas autoridades, e desse modo se criavam focos permanentes de crise política. Além disso, surgiam denúncias de abuso de poder por parte dos interventores, cuja ação com frequência extrapolava o âmbito estadual e influenciava os rumos da própria política nacional. (MONARCHA, 2010, p. 72).

Desde 1931, o país suportava essa manobra política. Em São Paulo, já se toleravam interventores desde 1930, o que desencadeava uma revolta entre os paulistas.

O Código dos Interventores, que procurava exatamente evitar uma concentração excessiva de poderes nas mãos de alguns governantes estaduais, entre outras coisas, proibia os Estados de contraírem empréstimos sem a prévia autorização do governo federal e restringia os recursos que cada Estado poderia destinar às suas forças policiais, impedindo-as de rivalizar com o Exército nacional. Tratava-se, em suma, de um instrumento de centralização do poder. (MONARCHA, 2010, p. 72)

O governo central acreditava que, com essas manobras, conseguiria evitar possíveis revoltas. Houve onze interventores no governo do Estado de São Paulo; os três primeiros eram chamados de Chefes do governo provisório e os oito governadores seguintes receberam o título de interventores oficiais.

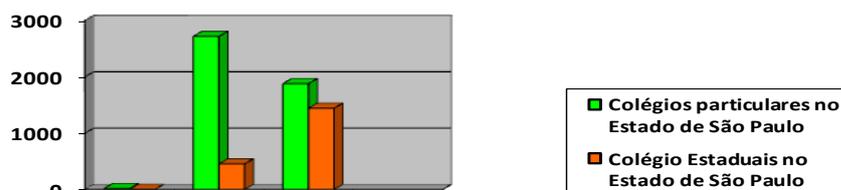
Os paulistas protestavam e faziam pressão sobre o governo federal para a retirada de interventores militares e/ou provenientes de outros Estados. Alegavam que, além de os interventores limitarem a autonomia da vida paulistana, eles impediam o desenvolvimento da educação e da economia do Estado, uma vez que não eram paulistas nem civis para compreenderem a vivência local. Isso gerava constantes mudanças de prepostos do governo central no Estado de São Paulo.

Apesar da instabilidade política, houve renovação na educação no Estado de São Paulo, destacando-se a criação do Instituto de Educação, da Universidade de São Paulo, da Secretaria de Educação e Saúde Pública. Além disso, houve um aumento significativo na procura de vagas no ensino secundário do Estado de São Paulo.

Com o decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, da Reforma Francisco Campos, houve um favorecimento do aumento do ensino secundário pelo país, como afirma Bittencourt (1989):

Até 1931 apenas os ginásios oficiais e umas poucas escolas particulares, sobretudo confessionais, possuíam curso seriado e eram equiparadas, isto é, seguiam o modelo do colégio Pedro II do Rio de Janeiro. A existência de um número pequeno de ginásios seriados até 1931 explica-se pela organização dos exames para se entrar nas escolas superiores. Os exames das diversas disciplinas eram parcelados, podendo o aluno realizar uma ou duas provas por ano, eliminando assim algumas disciplinas a cada ano até completar todas as matérias exigidas. Sem ser obrigatório o diploma do secundário, o aluno preferia seguir os cursos preparatórios particulares e não um ginásio seriado, considerado mais difícil e desgastante. (BITTENCOURT, 1989, p.171).

Apesar do crescimento da população que procurava o ensino secundário e o aumento do número de escolas públicas, no Estado de São Paulo, o ginásio permaneceu, predominantemente, associado aos interesses do ensino privado, o que pode ser observado na tabela abaixo:



Quadro 1: Fonte: Gráfico comparativo do número de matrículas no ensino secundário, nos colégios particulares e Estaduais no Estado de São Paulo, do ano de 1910 e com o ano de 1930. Renata Luigia Cresto Garcia.

Como consta da pesquisa do IBGE (1927), em 1910, a matrícula nos 16 ginásios particulares, existentes no Estado de São Paulo, foi de 2.718 alunos, muito superior ao número de alunos matriculados nos ginásios do Estado, que era de 455.

Em seu estudo sobre os movimentos de pressão por escolarização na cidade de São Paulo, Spósito (1984, p. 220) assinala que, em meados dos anos 1920, iniciam-se as reivindicações pela continuidade da escolarização, com os cursos secundários.

Mas a grande procura pelas matrículas no ensino secundário no Estado de São Paulo só ocorreu com as mudanças da Reforma Francisco Campos; e, devido ao aumento das matrículas, São Paulo se distinguiu dos demais Estados, resultando em um número maior de alunos formados no ensino secundário em relação aos outros. Ainda, segundo Spósito (1984, p. 221), na década de 1930, havia somente um curso secundário público na cidade de São Paulo, o Ginásio de São Paulo, que foi equiparado ao Colégio Pedro II.

Como consta no anuário do ensino do Estado de São Paulo 1930-1934, as matrículas nos Ginásios Estaduais de São Paulo eram de 1084 no ano de 1925. Em 1930 a matrícula nos Ginásios Estaduais de São Paulo chegou a 1.443, caindo a procura por colégios particulares com ensino secundário.” (MENSAGEM, 1937, p. 52).

Apesar do aumento de matrículas no ensino secundário do Estado de São Paulo, os colégios particulares ainda predominavam no curso ginásial.

Marlos Rocha sustenta que essa política de equiparações fomentou a expansão da rede de escolas particulares em São Paulo, enquanto o poder público mantinha limitada a expansão e manutenção da rede pública do ensino secundário, pela ausência de investimentos. (ROCHA, 2000, p. 38).

São Paulo se destacava dos demais Estados, possuía um pouco mais de estrutura e capital para investir no setor da educação. Os decretos federais eram seguidos por São Paulo, a fim de se destacar como um Estado forte, que estava aberto ao desenvolvimento do país. Um exemplo disso foi o decreto, citado há pouco, nº 19.890 de 18 de abril, de 1931 da Reforma Francisco Campos, o qual dispunha sobre a organização do ensino secundário.

O sistema de ensino fazia a divisão social, acreditando atender a todos os níveis sociais e de trabalho. Um recurso que fortalecia essa divisão era o exame de admissão ao ginásio. Claro que isso não impediu que bons alunos, mesmo advindos de classes mais baixas da sociedade, tivessem suas vagas garantidas no ginásio.

O exame de admissão ao ginásio foi instituído em 1931, pelo Decreto nº 19.890, de 18/04/311, que reformou o Ensino Secundário, perdurando oficialmente até 1971. Para o ingresso no primeiro ano ginásial, estabeleceu as seguintes condições: o candidato deveria ter idade mínima de 11 anos; ser aprovado em exame e ter classificação suficiente, isto é, o número de vagas na instituição de ensino deveria bastar para que pudesse efetuar a matrícula; a inscrição só poderia se realizar mediante requerimento, atestado de vacinação antivariólica e recibo de pagamento de taxa de inscrição, além de ser limitada a um único estabelecimento de ensino. (ROMANELLI, 1988, p. 131)

A taxa de inscrição para admissão ao ginásio público era obrigatória, (tema que será abordado no último capítulo), e os alunos que não recebiam instrução preparatória para prestar a prova de admissão ao ginásio, dificilmente, eram admitidos. Para o ingresso, era necessário fazer o curso preparatório, somente ministrado por professores particulares.

1.3 A organização do ensino paulista

A educação estava longe de atingir os ideais dos defensores da escola nova, uma educação igualitária, gratuita, que gerasse oportunidades iguais a todos os alunos, independentemente, de suas posses materiais. Muitos dos educadores da época, porém, lutavam para que esses objetivos fossem alcançados, como o educador Lourenço Filho, que havia sido convidado, em outubro de 1930, para ser o diretor de Instrução Pública de São Paulo e aceitou prontamente, por acreditar no aprendizado ativo e funcional e a articulação dos diferentes graus de ensino e, por isso, o defendia.

A organização de ensino, portanto, deveria ter uma sequência, ser um sistema educacional completo.

O Instituto de Educação compõe-se de quatro escolas: escola de professores, escola secundária, escola primária e jardim de infância, mantendo perfeita continuidade de ensino. Esta organização como um sistema educacional completo, com oportunidade de educação em todos os graus. (VENÂNCIO FILHO, 1945, p.8)

Não havia cargo melhor para realizar, na prática, as teorias propostas pelos defensores da Escola Nova. Lourenço Filho tentava realizar esse objetivo durante o seu mandato.

Entre as ações referentes à educação, novas mudanças ocorrem no governo estadual. Agora, era a vez de Laudo Ferreira de Camargo, o novo interventor assumir as rédeas do Estado, governando-o de 26 de julho de 1931 a 13 de novembro de 1931. Em seu mandato, assinou o Decreto nº 5.209, 26 de setembro de 1931:

O doutor Laudo Ferreira de Camargo, Interventor Federal no Estado de São Paulo, considerando que os diplomados pelo curso comum dos ginásios do Estado fazem cinco anos de estudos secundários; considerando que o ensino normal compreende o curso complementar, de 3 anos, e o normal de 4 anos; considerando que as disciplinas de cunho estritamente profissional (psicologia, pedagogia, organização escolar e didática) figuram nos 2 últimos anos do curso normal. (SÃO PAULO, 1931, p.1)

As reafirmações das leis, por parte do, então, interventor, demonstravam boa vontade, mas era preciso mais, era preciso materializar essas intenções, e para tanto, se faziam necessárias a construção de prédios, a compra de mobiliários e a contratação de professores capacitados para assumir as novas mudanças.

A escassez de estabelecimentos define, é certo, o caráter altamente seletivo do ensino secundário. Há a considerar, porém, que ao fator quantitativo - decorrente da própria política adotada pelo Estado somam-se outros na determinação da pequena fração de jovens com oportunidades de estudos secundários. À base do secundário, padrões econômico-sociais, pedagógicos e político-administrativos contribuem para que as escolas secundárias – públicas e particulares – além de reduzidas em número, sejam instituições pagas e, mais do que isto, caras. (NAGLE, 1974, p. 191)

O número de escolas secundárias em São Paulo era pequeno, o que dificultou atender à demanda, porque, além de a grande maioria das instituições serem particulares, acabava-se privilegiando os alunos pertencentes às camadas

sociais mais favorecidas. O número de instituições públicas e privadas era insuficiente para atender à demanda.

Nos prédios especialmente construídos para fins escolares as salas comportam 40 alunos. Nos arrendados, a media não vai além de 22. Com prédios adequados, sobre as vantagens de higiene, ar e luz, maior numero de crianças poderiam receber instrução com o mesmo número de professores. Na Capital, a situação é premente, em relação ao problema. Ha quinze anos não constrói o Estado um só prédio escolar. (LOURENÇO FILHO, 1936, *apud* GANDINI, 2005, p.102).

Faltava verba para construção de novos prédios, o que dificultava a implantação dos novos cursos. Em seu depoimento, Lourenço Filho, entretanto, assinala um saldo positivo:

Lourenço Filho registrou as alterações, que ocorreram durante o ano de 1931. Entendia que, apesar de terem sido substituídos os secretários do Interior e da Educação, bem como o Interventor Federal, ainda assim conseguira realizar um dos pontos básicos de seu programa: reorganização do ensino normal, que restaurava “o regime de estudos de quatro anos de curso complementar”. Entre as suas preocupações, porém, duas não obtiveram sucesso: a graduação dos vencimentos do professorado e a construção de prédios escolares. (LOURENÇO FILHO, 1936, *apud* GANDINI, 2005, p.102).

Na própria narrativa de Lourenço Filho, é possível perceber a precariedade e o descaso com a educação paulista. Ele deixa a pasta da educação de São Paulo em 19 de dezembro de 1931 e se transfere para o Rio de Janeiro, onde assume a Chefia de gabinete do Ministério da Educação e Saúde.

O educador piracicabano Sud Mennucci, defensor das mudanças educacionais no Brasil, foi indicado para substituir Lourenço Filho como Diretor Geral do Ensino.

Sud Mennucci era professor primário em Piracicaba e foi convidado a trabalhar no Jornal *O Estado de S. Paulo*, em 1925, por Júlio de Mesquita. Mesmo afastado da sala de aula, mantinha sua paixão pela educação. Queria mudanças e achava o sistema de ensino falho. No início de 1930, ajudou a fundar o *Centro do Professorado Paulista* (CPP).

Sud Mennucci, sem dúvida [foi] um homem moderno de sua época, trafegava na contramão do contagiante imaginário urbano-industrial em ascensão denominado “Escola Nova”, segundo ele próprio das sociedades de grande avanço industrial, porém inadequado para um Brasil agrário. (MONARCHA, 2010, p. 20).

Para ele, era preciso ter uma maior preocupação com a educação rural, pois o Brasil era um país agrário. No novo cargo, tentou implantar suas ideias de mudanças que se referiam à educação, no Estado de São Paulo.

Nessa época, porém, a situação em São Paulo começava a se agravar e os problemas se acumulavam. Ao mesmo tempo em que Sud Mennucci publicava a sua reforma do ensino, a revolução se desenhava. A oposição à reforma de ensino também não foi pequena e deu-lhe muita dor de cabeça. (MONARCHA, 2002, p. 20)

Sud Mennucci preocupava-se mais em atender as escolas rurais do que as escolas urbanas.

Em maio de 1932, a Revolução Constitucionalista tem seu estopim com a morte de quatro estudantes, Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo, em uma manifestação pública. No mesmo mês, Sud Mennucci não aguenta a pressão motivada pelos conflitos vividos em São Paulo e entrega o cargo.

Em seu lugar, no período de 27 de maio a 3 de outubro, assume a pasta de Diretor Geral de Instrução o professor João Augusto de Toledo, que foi, durante sete anos, inspetor-geral e, depois, chefe de serviço da mesma Diretoria. Posteriormente, dirigiu, também, o grupo escolar de Rio Claro. Exerceu o cargo de diretor da Escola Normal de Campinas e foi membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Havia acompanhado a administração de Lourenço Filho e Sud Mennucci.

Aparentemente, teria todas as chances de sucesso no cargo. Porém, a sua gestão, à frente da Diretoria Geral da Instrução, ocorreu em um período muito atribulado em São Paulo. Nos primeiros meses de seu mandato, a Revolução Constitucionalista de 1932 eclode; o movimento ocorreu no período de 9 de julho a 2 de outubro.

O interventor federal, em São Paulo, nesse momento, era Pedro de Toledo. Existe um relato dele sobre esse período que traduz o que foram esses dias de horror e de solidariedade, durante os quais, escolas fecharam para dar lugar ao socorro aos feridos. Esse relato de Toledo é apresentado em Gandini (2005):

Enquanto foi possível, funcionaram todas as escolas de todo o Estado. À medida, porém, que as atividades revolucionárias se intensificavam, eram elas fechadas, primeiro em pontos limítrofes do sul e de leste, depois na Capital, depois e (sic) outras cidades do litoral e do interior, e, afinal, quase todas se fecharam. Os professores, pressurosos, puseram a serviço do movimento: – muitíssimos seguiram para a frente em combate; quase todos os que ficaram empenharam-se, em suas sedes de trabalho, em todos os misteres compatíveis com sua força e condições de vida, para facilitar a coletividade, a ação que a todos empolgou. As professoras, ao lado de damas paulistas, abriram oficinas de costura para prover do fardamento necessário os batalhões de voluntários; para agasalhar famílias pobres que ficaram em meio desamparo; para fornecer a hospitais a roupa indispensável. Trabalharam nos alojamentos em que foram convertidos muitos prédios escolares. As cozinhas de emergência encheram-se de funcionários do ensino que colaboraram com senhoras de todas as classes sociais. Onde feridos em combate ou adoecidos, nas frentes, se achavam, aí se viam, entre muitíssimas outras, como enfermeiras, as educadoras da infância, dando o melhor de sua dedicação aos enfermos. Declinar nomes de pessoas que se distinguiram neste (sic) luta seria desacertado: – foi quase o professorado todo e quase todo o pessoal do ensino, que deu a São Paulo motivos para orgulhar-se da educação cívica de seus filhos, resultante, em magna parte, da eficiência de suas escolas. Iniciada minha administração a 27 de maio e interrompida a 3 de outubro do mesmo ano, não presidi a nenhuma abertura e nenhum encerramento de trabalho escolar. (...). Deposto o Governador a 2 de outubro, na manhã seguinte, às 9 horas, passei o exercício do cargo que vinha exercendo e que considerava da “confiança dos meus chefes”, ao secretário geral da repartição, prof. Armando de Araujo. Toda a documentação de nossa atividade ficou no arquivo da secretaria. De seu exame, há de constatar-se o escrúpulo administrativo que presidiu aos nossos atos. E conosco, em nosso sentimento, ficou de nossa passagem pelo cargo, a alegria de testemunhar de perto a correção e a bondade do professorado paulista, que sobremaneira dignifica a terra em que vive e em que trabalha. (TOLEDO, 1936, p. 326-327 *apud* GANDINI, 2005, p. 105).

O Interventor João Toledo tentou dar prosseguimento a projetos iniciados pelos diretores anteriores, mas o momento não era propício, acabou deixando o cargo.

A Ditadura de Vargas se empenharia nas décadas seguintes em apagar da memória nacional a guerra civil de 1932. E com exceção de São Paulo, ela permaneceu esquecida em todo o país. (DE PAULA, 1998, p.279)

Para os apoiadores de Getúlio Vargas, o movimento de 1932 representou apenas um motim, para os paulistas, uma vitória contra o silêncio e contra o desmando; os ideais constitucionistas se mantiveram sólidos, o rumo à democracia estava traçado.

Os prejuízos foram muitos: vidas perdidas, pessoas feridas, prédios destruídos, falta de mantimentos, devido ao bloqueio feito pelas forças militares federais, escolas paradas, usadas como quartéis militares, hospitais e abrigos.

Foi um período nulo na maioria das escolas. Consta, porém, em relatórios da Escola Estadual de São Paulo, antigo primeiro Ginásio da Capital de São Paulo, que as aulas não pararam nessa instituição; os alunos foram transferidos, provisoriamente, para outro prédio. Este assunto que será tratado no próximo capítulo, assim como, o Código de Educação e as mudanças políticas que afetaram o ensino secundário em São Paulo.

CAPÍTULO II

AS MUDANÇAS EDUCACIONAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO E O CÓDIGO DE EDUCAÇÃO

O ano de 1932 foi marcado por grandes acontecimentos no país. A Revolução eclode em São Paulo, os intelectuais defensores da Escola Nova assinam o documento *Manifesto dos Pioneiros*, que, posteriormente, marcará a educação brasileira; no âmbito da educação paulista, ele se refere às mudanças mais amplas nela geradas. Os conflitos políticos influenciaram as mudanças referentes à educação e as ideias registradas no documento *Manifesto dos Pioneiros* serviram de alicerce na formulação das novas regras para a educação paulista.

A revolução de 1932 foi um dos mais importantes e dramáticos acontecimentos da história republicana brasileira. Segundo o CPDOC (2001), a Revolução foi a expressão da insatisfação dos paulistas com a Revolução de 1930. O movimento serviu, antes de tudo, para tentar convencer o Governo Provisório de Getúlio Vargas da necessidade de pôr fim ao caráter arbitrário do regime sob o qual vivia o país.

São Paulo viveu um ano conturbado, no ano seguinte à eclosão da Revolução, no âmbito educacional. O que poderia ser constatado, na prática, foi o fortalecimento das ideias da Escola Nova pela implantação do Código de Educação, elaborado por Fernando de Azevedo. Com o *Código de Educação* em vigor, o ensino em São Paulo ganhou contornos mais uniformes.

Destarte, não há uma preocupação, neste capítulo, em explicar como foi esse período - deixando essa narrativa para outro momento - mas, sim, narrar o que aconteceu nessa ocasião, para que seja possível melhor compreender os fatos.

2.1 Os acontecimentos: as políticas educacionais em São Paulo e as instalações das escolas secundárias

No dia 7 de março de 1932, foi nomeado interventor Pedro Manuel de Toledo, paulista e embaixador aposentado, que permaneceu no cargo até o dia 2 de outubro de 1932.

Nesse período, vários comícios foram organizados como forma de protesto contra o governo de Getúlio Vargas. As ruas de São Paulo ficaram ocupadas por manifestantes.

Foi em um desses comícios que eclodiu a Revolução Constitucionalista:

Em maio de 1932, Vargas marcou a data das eleições para dali a um ano. A medida não teve resultados práticos no sentido de conter a conspiração política, que naquele momento já corria solta. A morte de quatro estudantes paulistas em confronto com forças legais criou mártires: as iniciais de seus nomes - Miragaia, Martins, Dráuzio e Camargo - foram usadas para designar uma sociedade secreta, MMDC, que tramava para derrubar o governo. No dia 9 de julho o movimento revolucionário ganhou as ruas da capital e do interior de São Paulo. A revolução teve apoio de amplos setores da sociedade paulista. Pegaram em armas intelectuais, industriais, estudantes e outros segmentos das camadas médias, políticos ligados à República Velha ou ao Partido Democrático. O que os movia era principalmente a luta antiditatorial. A luta armada dos constitucionalistas ficou restrita ao Estado de São Paulo. Os governos do Rio Grande do Sul e Minas Gerais, que a princípio viam com bons olhos a campanha pela constitucionalização, resolveram não enfrentar a força militar do governo federal. Isolados, os paulistas não tiveram condições de manter por muito tempo a revolução. Em outubro de 1932 assinaram a rendição. (CPDOC, 2001, p. 46)

A luta durou oitenta e sete dias. Aviões do Exército foram usados para bombardear as cidades do interior e mais de 200 mil homens se envolveram na revolução em todo o Estado de São Paulo; 35 mil homens (só na cidade de São Paulo), que enfrentaram um contingente de 100 mil soldados enviados por Getúlio Vargas. “O resultado foi de 934 mortos registrados oficialmente, embora estimativas não oficiais reportem até 2.200 mortos.” (CPDOC, 2001, s/p).

Muitas escolas precisaram fechar as portas nesse período. O Grupo Escolar - hoje, Escola Estadual Rodrigues Alves - foi uma delas. Única escola pública, situada na Avenida Paulista, no número 227, que fechou as portas para proteger as crianças e alojar os revolucionários da Revolução Paulista.

Os alunos do ensino secundário do primeiro Ginásio da Capital de São Paulo foram transferidos, em 1932 durante o conflito, para outro estabelecimento; saíram da Rua Frederico Alvarenga, ao lado do rio Tamanduateí (fato narrado pela diretora Maria Tereza Veneziani Sbrana, em uma entrevista disponível no site E.E. do

Estado de São Paulo), no parque D. Pedro, centro de São Paulo, para evitar choque dos alunos com as tropas de Getúlio Vargas, alojadas na frente do Ginásio, em um quartel. Os alunos foram levados para um prédio da Rua São Joaquim, no Colégio Campos Sales, onde permaneceram até o término da Revolução Constitucionalista.

A população e os estudantes paulistas apoiavam os revolucionários, mas isso era muito pouco para 'ganhar a guerra'. Os revolucionários esperavam o envolvimento de outros Estados para obterem reforços. Isso, no entanto, não ocorreu.

O término da Revolução Constitucionalista resultou na deposição do interventor Pedro Manuel de Toledo que participou do movimento constitucionalista de 1932, tendo sido um dos comandantes civis da Revolução Constitucionalista. Durante esse período, o governo tentou formar um secretariado independente do Governo Federal, iniciativa apoiada pela população.

Pedro Manuel de Toledo foi cassado, exilado e substituído pelo chefe militar Herculano de Carvalho e Silva, que permaneceu no governo por apenas quatro dias, até que Waldomiro Castilho de Lima assumisse o governo como interventor do Estado de São Paulo, nele ficando, de 6 de outubro de 1932 até 27 de julho de 1933.

O general de divisão do exército Waldomiro Castilho de Lima, interventor federal no Estado de São Paulo, que, usando de suas atribuições, assinou o decreto nº 5.408, de 4 de março de 1933, que estabelecia a criação do Ginásio Estadual de Araraquara.

A educação no ensino secundário de São Paulo, enquanto espaço articulado com os diversos interesses dos grupos sociais no poder, ganha destaque no âmbito estadual, ampliando a rede de escolas oficiais, em decorrência de um plano político determinado a atingir regiões estratégicas no interior do Estado de São Paulo.

As escolas oficiais eram instaladas, na maioria das vezes, com auxílio das municipalidades, evitando gastos para o Estado.

Em 1930, o Estado de São Paulo contava com 3 ginásios estaduais (o da capital, o de Campinas, o de Ribeirão Preto), com matrícula total de 1.443 alunos. Em 1933 o Estado passa a ter 9 ginásios oficiais – os três acima citados e mais os de Araras, Araraquara,

Catanduva, Itu, Tatuí e Taubaté – com uma matrícula de 2.516. (BITTENCOURT, 1989, p.35).

Os municípios se viram obrigados a colaborar se quisessem acompanhar o progresso da educação.

Esse movimento teve início ainda no período em que Sud Menucci era diretor de Instrução Pública, em São Paulo. Destarte, é importante lembrar que, durante a sua gestão, foram criados quatro ginásios no interior paulista. (REIS FILHO, 1998, p. 139).

É preciso notar que as inaugurações dos ginásios, favoreceram o crescimento das matrículas no ensino secundário no Estado de São Paulo.

Com a saída de Sud Menucci da Direção de Instrução Pública de São Paulo, assume, por cinco meses, o professor João Toledo e, posteriormente, Fernando de Azevedo.

Em pesquisas feitas no Arquivo Fernando de Azevedo (AFA), pertencente ao Acervo Cultural do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), que se encontra sob os cuidados na Universidade de São Paulo (USP), é possível perceber que a trajetória de Fernando Azevedo foi marcante para a educação brasileira.

Fernando de Azevedo consegue colocar em prática as ideias da escola nova, apesar de ter permanecido apenas seis meses à frente da Diretoria Geral do Ensino.

Muitos dos intelectuais envolvidos com a defesa de uma educação renovadora para o Brasil puderam colocar suas ideias em prática colaborando com o próprio Fernando de Azevedo, serve de exemplo Antonio Ferreira de Almeida Júnior, como afirma Gandini (2001):

Almeida Junior, como ficou conhecido e será chamado neste livro, participou de algumas das mais importantes passagens da história da educação brasileira: em 1920 assessorou Antonio Sampaio Dória, então Diretor do Ensino do Estado de São Paulo, realizando o primeiro recenseamento escolar; foi um dos signatários do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, em 1932; auxiliou Fernando de Azevedo na elaboração do Código de Educação do Estado de São Paulo, em 1933. (GANDINI, 2001, p. 11)

Antes de assumir como Diretor de Instrução Pública de São Paulo, Fernando de Azevedo havia dirigido o Departamento de Instrução Pública do Distrito Federal (RJ), onde promoveu a reforma da educação, de 1926 a 1930, na qual inseriu os ideais que constavam do documento *Manifesto dos Pioneiros*, que ajudou a elaborar.

Politicamente conturbado com a eclosão da Revolução Constitucionalista em São Paulo, o ano de 1932 é decisivo na carreira de Fernando de Azevedo. Neste ano, ele é convidado a redigir e ser o primeiro signatário do Manifesto dos pioneiros da Educação Nova, dirigido à Nação e ao governo Vargas, documento que colocou a educação como o problema nacional de maior importância, acima dos problemas econômicos nos planos de reconstrução do país. (IEB/AFA, 2000, p.3)

Em 1932, Fernando de Azevedo foi convidado pelo interventor general Waldomiro Lima a assumir o Cargo de Diretor Geral de Instrução Pública. Recusa, porém, o convite, só aceitando ser nomeado no final do mesmo ano, no dia 27 de dezembro de 1932, a convite de Armando Sales de Oliveira, que viria a ser interventor no ano seguinte.

Fernando de Azevedo é bem aceito no cargo pelos intelectuais da época, mas não pela Igreja católica que o acusa de comunista, pois ele lutava pela educação laica, contrária aos interesses católicos.

Permanece no cargo de dezembro de 1932 a julho de 1933, e, apesar do curto período, Fernando de Azevedo implanta o Código da Educação⁴, que representou a prática da teoria da Escola Nova.

⁴ **O Código de Educação** do Estado de São Paulo foi editado através do Decreto nº 5884, de 21 de abril de 1933, com 991 artigos e foi assinado por W. Castilho de Lima e A. Meirelles Reis Filho. O interventor W. Castilho Lima, General de Divisão, considerando que havia numerosas leis e regulamentações referentes à educação, elaboradas em épocas diferentes e às vezes antagônicas entre si, resolveu unificar toda a legislação escolar nesse Código de Educação que foi elaborado por Fernando de Azevedo, então Diretor do Ensino e contou com a colaboração de Almeida Júnior. (LOVISON, 2009, p. 56).

O seguinte passo foi dado, em 1933, com o *Código de Educação*, que previa a preparação superior do professor primário e secundário, mas apenas enquanto não existisse a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras numa universidade. Nesse sentido, organizou uma Escola Normal Superior - denominada Instituto de Educação. Azevedo afirmou que somente com o *Código de Educação*, fruto de sua lavra quando Diretor do Departamento de Educação do Estado de São Paulo, entre janeiro e julho de 1933, ocorrera a elevação da formação do professor ao nível superior. Sendo, pois, “foco de vida e de cultura”, a escola normal atingiria sua plenitude com a “radical transformação no sistema, para ajustá-lo às novas condições e exigências sociais, culturais e pedagógicas” que “inaugurou nova época na história do ensino normal” (AZEVEDO, 1937, *apud*. IEB/AFA, 2000, p. 177).

Fernando de Azevedo acreditava que, para atender as mudanças almejadas pelos signatários do Manifesto dos Pioneiros, seria preciso não só mudar as regras do ensino, mas também qualificar os professores para atender às mudanças, preocupação que se começou a ter com o ensino secundário.

O poder público do Estado de São Paulo não conseguia atender aos encargos com o ensino secundário. Por isso, muitos municípios, passaram a assumir a educação secundária, arcando com os gastos com prédios e com material mobiliário.

O Código de Educação do Estado de São Paulo, criado pelo decreto nº 5.884, datado de 21/04/1933, estabelecia algumas regras para a implantação do ensino secundário nos municípios paulistas.

De acordo com o Código de Educação, o governo de São Paulo poderia subsidiar, por prazo de 5 anos, as municipalidades do Estado que mantivessem, por sua conta, estabelecimentos de ensino secundário, contanto que observadas as seguintes condições estabelecidas nos artigos 2 e 3 do Código de Educação, sobre o funcionamento dos ginásios:

- a) funcionarem em edifício próprio municipal que tenha as condições higiênicas e pedagógicas;
- b) mobiliário e material didático suficiente e inteiramente adequado ao ensino;
- c) diretoria e corpo docente idôneo;
- d) observarem a legislação estadual sobre os ginásios oficiais em tudo que lhes foi aplicável.

e) Terem pelo menos dois anos de funcionamento regular (SÃO PAULO, 1933, p. 151).

O Código, contudo, também determinava que fossem suspensas as atividades da escola, e poderia ocorrer, até mesmo, o fechamento daquela que não cumprisse o que determinava o Código de Educação. O Código era rígido no que diz respeito à qualidade de ensino, fosse material ou intelectual, mas, baseado nos princípios didáticos da Escola Nova, era aberto ao aprendizado. É o que se pode ler sobre o ensino secundário, apresentado no próprio documento do Manifesto dos Pioneiros e que foi reproduzido no Código de Educação, por Fernando de Azevedo.

A escola secundária deixará de ser assim a velha escola de um grupo social destinado a adaptar as inteligências a uma força rígida de educação, para ser um aparelho flexível e vivo, organizado para satisfazer as necessidades práticas dos grupos sociais. (AZEVEDO de *et al*1932, MANIFESTO, 2007, p. 48)

A qualidade do ensino deveria ser o principal foco das mudanças, desde a chegada do educando à escola, até a sua preparação para o ensino superior. Isso pode ser constatado em todo o decreto do Código de Educação, com destaque para o artigo 570, parágrafo único:

Em total consonância com o Manifesto (como não poderia deixar de ser), o Código de Educação do Estado de São Paulo reforçou essa vinculação da escola secundária com a sociedade, mantendo o princípio da formação geral antevista com o Código como necessária para a formação profissional. Cada ginásio deveria possuir um centro de orientação profissional com a finalidade de pesquisar e desenvolver as aptidões naturais dos alunos, informá-los sobre as profissões dominantes no meio social e orientá-los para as escolas superiores de formação profissional. “O centro de orientação profissional como órgão de ajustamento e adaptação social, exercerá as suas atividades com o auxílio do Serviço de Psicologia Aplicada do Instituto de Educação e com a colaboração dos pais.” (SOUZA, 2008, p. 43).

Isso estava em concordância, também, com os métodos criados pelos defensores da Escola Nova, como John Dewey e David Émile Durkheim. O artigo

572 apresenta a preocupação com a adoção de métodos de projetos e a valorização da prática de pesquisas científicas, tão destacada pelos idealizadores da Escola Nova:

A escola secundaria deve proporcionar aos alunos oportunidade para que o aprendizado se possa dar pela participação real em atividades semelhantes às da vida, destinadas a desenvolver hábitos, atitudes e ideais.

Parágrafo único – O método de ensino deve basear-se tanto quanto possível em projetos que tomem em consideração a capacidade, necessidades e planos futuros dos alunos, de um lado, e a vida social e suas necessidades, de outro;

a) Por pesquisas, pelos alunos das fontes bibliográficas relativas aos problemas propostos;

b) Por investigações especiais com o fim de desenvolver o espírito científico;

c) Por meio de relatórios de pesquisas feitas;

d) Pelo desenvolvimento da iniciativa dos alunos para que possam, pelo treino experimental, chegar à conclusões e generalizações próprias;

e) Pela prática da cooperação, entre os alunos, para que compreendam a responsabilidade que lhes cabe como elementos do grupo social e para que possam alcançar o melhor ajustamento social. (SÃO PAULO, 1933, p. 141-142).

Essa valorização apresentava como objetivo aproximar a escola do cotidiano do aluno, tentando, com isso, provocar mudanças na própria mentalidade dos educandos e educadores, em sua busca pela construção de um país mais desenvolvido e uma nação preparada para esse desenvolvimento. Além disso, o curso secundário, de cinco anos, tornou-se a base do Curso Normal, de dois anos. Essa medida foi, sem dúvida, muito importante, porque deixava abertas outras portas aos concluintes do curso secundário, além da escola normal.

O ensino público apresentava precariedades quanto aos recursos humanos e materiais, impedindo, assim, o cumprimento do que determinava a legislação em vigor, como a criação de um número adequado de escolas secundárias, públicas e privadas, o que gerou, por vezes, retrocessos no processo de criação e equiparação das escolas secundárias.

Souza (2008, p.12) afirma que no Estado de São Paulo somente 40 ginásios foram instalados em condições adequadas de funcionamento, até o final da década de 1930. O que confirma a precariedade e, ao mesmo tempo, a restrição do ensino

secundário, ao mesmo tempo em que ele se tornava privilégio para os mais favorecidos.

Faltava investimento por parte do governo federal, e o Estado não se bastava financeiramente. O momento era de mudanças e incertezas, culminando com várias trocas, no próprio Ministério da Educação, que podem ser observadas no quadro abaixo:

Os Ministros da Educação e Saúde Pública de 1930 a 1934:

Nome	Órgão	Entrada	Saída	Presidente
Francisco Campos	Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública	6 de dezembro de 1930	31 de agosto de 1931	Getúlio Vargas
Belisário Penna (interino)		16 de setembro de 1931	1 de dezembro de 1931	
Francisco Campos		2 de dezembro de 1931	15 de setembro de 1932	
Washington Ferreira Pires		16 de setembro de 1932	23 de julho de 1934	

Quadro 2: Fonte: MARCÍLIO (2005, p.43)

Francisco Campos, como já foi dito, havia assumido o Ministério da Educação, em 1930, cargo no qual permaneceu até o dia 31 de agosto de 1931. Devido a um desentendimento com o presidente Getúlio Vargas, retira-se do Ministério.

Em 1^o de setembro de 1931, Belisário Penna assume interinamente o Ministério da Educação e Saúde Pública, recém-criado pelo governo federal, substituindo Francisco Campos por três meses. O 'caixeiro-viajante da higiene' alcançava, após décadas de atuação, o cargo máximo na área da saúde pública, e também o mais alto cargo administrativo de sua vida. (THIELEN, 2002, p.32)

Getúlio Vargas convidou o médico sanitarista Belisário Penna para assumir a pasta, uma vez que se tratava do Ministério da Educação e Saúde Pública. Belisário Penna fica no cargo apenas três meses (até 2 de dezembro de 1931).

Francisco Campos volta a assumir o Ministério, permanecendo até o dia 15 de setembro de 1932. Quando se afasta, definitivamente, dele é substituído por Washington Ferreira Pires, médico neurologista.

Washington Ferreira Pires foi o responsável pelo início da reforma administrativa da pasta, com a implementação da série de ações que precederam a promulgação da nova Constituição, em julho de 1934, entre as quais a transformação do Departamento Nacional de Saúde Pública em Diretoria Nacional de Assistência Médico-Social, a qual ficaria afeta toda a orientação, coordenação e fiscalização superior dos serviços de saúde pública e assistência médica executados diretamente pela União ou os que fossem realizados em cooperação com os Estados. (CORRÊA, 2010, p. 230)

Após idas e vindas de interventores militares, em 16 de agosto de 1933, o presidente Getúlio Vargas, contrário aos ideais constitucionalistas dos paulistas, nomeava, como interventor em São Paulo, Armando de Salles Oliveira, "civil e paulista", como queriam os "democráticos" no início da Revolução Constitucionalista de 1932; e o fez transmitindo ao novo governante a seguinte mensagem juntamente com seu decreto de posse: "Quero que compreenda, em toda a sua amplitude o significado de meu ato: com este decreto, entrego o governo de São Paulo aos revolucionários de 1932". (PANDOLFI, 2003, p.29)

A criação de ginásios públicos fez parte da política educacional de boa parte dos interventores que governaram o Estado de São Paulo, na Era Vargas. Destacou-se, porém, nessa tarefa, Armando de Salles Oliveira, em 1933, um dos maiores incentivadores da criação de novos ginásios, a fim de atender às demandas do ensino secundário por todo o Estado de São Paulo, tendo como Diretor Geral de Instrução Pública Fernando de Azevedo, que promoveu reformas, baseadas no Código de Educação, que já foi explicado, e como afirma Brandão (1999), com interesses futuros:

A geração dos pioneiros não agia desinteressadamente, do ponto de vista político, como a versão azevediana procurou registrar. Lutavam pela construção e consolidação da hegemonia cultural que lhes daria condições de definir a organização do aparelho educacional, em consonância com o projeto de sociedade que idealizavam [...]. (BRANDÃO, 1999, p. 49)

Os defensores da Escola Nova e também os da escola tradicional (liderados pelos católicos), apostavam que a educação seria o instrumento capaz de resolver os problemas nacionais, inclusive contribuindo para a proclamação da Constituição. Daí todo o entusiasmo pela educação.

Tratando a educação como um dos maiores problemas do Brasil, parecia que o objetivo era expandir a cultura e a educação, em todos os seus graus, a um maior número de pessoas, num projeto mais amplo, na tentativa de construção da identidade nacional.

Até aqui, foram apresentadas as mudanças ocorridas no ensino secundário de São Paulo, assim como os fatores políticos que marcaram o Estado, nessa época. O próximo capítulo aborda como foram aplicadas, na prática, essas mudanças relativas à educação. Para que isso acontecesse, foram consultados anuários, relatórios e artigos referentes ao antigo Primeiro Ginásio da Capital, ao Ginásio Estadual de Campinas e ao Ginásio Estadual de Araraquara.

CAPÍTULO III

GINÁSIOS DO ESTADO: do uniforme escolar ao método pedagógico

Em 1933, a expansão do ensino secundário começava a se efetivar, visando atender à demanda. Destarte, regras eram necessárias para que o ensino secundário não perdesse o caráter hegemônico que a nova educação almejava.

As reformas decretadas pelo Governo Provisório, nascido da Revolução de 1930, estendeu a equiparação do Colégio D Pedro II no Rio de Janeiro, aos colégios mantidos pelos demais Estados, pelas municipalidades, associações ou particulares. Por sua vez, os programas, bem como as instruções metodológicas deveriam ser expedidas pelo recém criado Ministério da Educação e Saúde Pública. (HOLLANDA, 1957, *apud*. BITTENCOURT, 1989, p.32).

Objetivando reforçar os sentimentos patrióticos da população, a instrução metodológica buscava firmar o nacionalismo, de forma uniformizada, assim como as regras em geral, por isso, a equiparação dos Ginásios estaduais ao Colégio Pedro II no Rio de Janeiro.

No que diz respeito ao Estado de São Paulo, Souza (2008) afirma que no Estado funcionavam apenas três estabelecimentos públicos, nos três primeiros anos da década de 1930, voltados ao ensino secundário: o Ginásio de São Paulo instalado em 1894, o Ginásio de Campinas, em 1896 e o de Ribeirão Preto, em 1906. Esses ginásios passaram a ser nivelados, a partir de 1931, ao ensino secundário do Colégio Pedro II do Rio de Janeiro. Mas eram poucos estabelecimentos de ensino para atender a procura de ingresso no primeiro ginásial. E o governo não dispunha de recursos para ampliar o ensino secundário.

Com a deficiência do poder público estadual, no âmbito do secundário, alguns municípios assumiram, provisoriamente, os encargos da educação secundária instalando ginásios e reivindicando que o Estado assumisse sua manutenção. Essa prática adotada pelos municípios tornou-se objeto de regulamentação no início dos anos 30. O Código de Educação do Estado de São Paulo de 1933 (Decreto nº 5.884, de 21/4/1933) estabeleceu as condições para a subvenção do Estado aos ginásios municipais.

Como já aludido no capítulo II deste trabalho, o artigo 594 do Código de Educação estabelece que o governo de São Paulo poderia subsidiar, por prazo de 5 anos, as municipalidades do Estado que mantivessem, por sua conta, escolas de ensino secundário.

O Código de Educação, no artigo 595, estabelecia, também, que haveria suspensão do subsídio, quando o estabelecimento não cumprisse as exigências para a inspeção preliminar necessária para a equiparação pelo governo federal, em tempo admissível.

Já no artigo 598, constava que um inspetor do Estado de São Paulo deveria ser designado para a cidade que se propusesse a instalar um Ginásio Estadual. As visitas do inspetor deveriam ser periódicas, com relatório contendo duas cópias. Uma cópia de seus relatórios precisaria ser encaminhada ao Ministério da Educação e Saúde; a outra cópia, para a Direção de Instrução Pública de São Paulo. Após várias visitas, o inspetor faria um relatório de conclusão. Se todas as normas tivessem sido cumpridas e aprovadas pela instituição estadual e pela instituição federal, o Ginásio poderia ser equiparado ao Colégio D Pedro II.

A cidade que contava com um Ginásio de ensino secundário passava a ter destaque e acabava recebendo novos moradores e, conseqüentemente, mão de obra, ampliando, assim, seu desenvolvimento urbano. Por isso, os governos municipais do Estado de São Paulo lutavam para a ampliação da oferta de vagas no ensino secundário, cumprindo as exigências legais do Estado, gerando a expansão do curso ginasial.

É o caso de Araraquara, cidade do interior paulista: o Ginásio Estadual de Araraquara foi criado (Decreto n. 5.408, de 03/04/1932), no período de vigência dessa política de expansão de ginásios públicos em São Paulo, nos anos 1930, que servirá como exemplo para a compreensão do que se passava nos demais ginásios criados por esse decreto.

Em todos os ginásios do Estado, as regras eram as mesmas. As autoridades do ensino público do Estado de São Paulo procuraram regulamentar desde o uso do uniforme, a frequência obrigatória, as matérias obrigatórias, as avaliações, a duração o ensino secundário, até a jornada escolar e a saúde e higiene da instituição.

3.1 O Uniforme

As normas eram rígidas, a começar pela vestimenta. Segundo Lonza (2005, p. 237), quando as primeiras escolas do Brasil passaram a adotar os uniformes escolares, o conforto não era a prioridade.

Lonza (2005, p. 21) afirma que “A intenção era garantir a identificação, organização e segurança dos alunos e mantinha estreita ligação com os ideais republicanos de ordem e progresso”.

A crise econômica de 1929 e o fim de uma época liberal levaram o governo a publicar a brochura “Uniformes Escolares – Distrito Federal”, que descrevia como deveriam ser os uniformes das escolas públicas, mas ainda não os tornava obrigatórios, o que somente aconteceu na década seguinte. (LONZA, 2005 p. 21)

Portanto, a obrigatoriedade do uso do uniforme era um fato. O grande problema estava na questão social, uma vez que os alunos mais pobres que ingressavam no ginásio, nem sempre possuíam recursos para adquirir o vestuário. Mais um empecilho para o ingresso e permanência de alunos menos abastados no ensino secundário.

O governo defendia que o uso obrigatório era fundamental para a implantação da noção de igualdade e identidade nacional, tentando levar a opinião pública a não mais ligar a vestimenta à hierarquia social. O jovem secundarista deveria ser visto como um membro da coletividade e não mais como indivíduo rico ou pobre, evitando o constrangimento da discriminação, por sua classe social.

Segundo Lonza (2005), o uso do uniforme escolar com características semelhantes à farda do Exército durou várias décadas, mas também era comum a inspiração em roupas de marinheiro, sendo o azul-marinho e o branco as cores principais.

A saia de pregas usada pelas meninas era longa, abaixo do joelho, enquanto para os meninos, era obrigatório o uso da calça comprida. As peças de baixo eram sempre na cor azul-escuro. As camisas deveriam ser brancas, com o emblema do ginásio a que pertenciam. Algumas instituições exigiam o uso de gravata.



Figura 2 Fonte: Museu-da-escola-e-inaugurado-na-capital. Protótipo de sala de aula da década de 1930. Renato Weil/EM/D.A Press. Acesso em 13/01/2013.

A foto refere-se à década de 1930, reconstituindo uma sala de aula padrão da época: carteiras pesadas, quadro-negro, móveis sóbrios e uniforme recatado.

Estamos aqui diante de um paradoxo: ao mesmo tempo em que se pretendia alcançar uma expansão da escola pública, exigia-se que os alunos tivessem determinada condição financeira para frequentá-la. Além disso, “vestir os uniformes escolares constituía uma regra imposta por normas regimentais e fazia parte da disciplina escolar, não vesti-los caracterizava uma transgressão passível de punição” (SILVA, 2006, p. 191).

Apesar do objetivo do governo de usar o uniforme como forma de igualdade ser positivo, não foi possível atingi-lo. A falta de condições materiais levava alguns alunos a serem impedidos de frequentar as aulas.

O regulamento da instrução pública do Estado, baixado pelo decreto nº 271 de 18 de maio de 1933, exigia que:

1. Os alunos deverão comparecer à Escola decentemente trajados, preceder sempre com urbanidade e prestar atenção aos atos escolares e obediência às recomendações e conselhos do Diretor, dos Professores e dos funcionários da Escola.

2. É obrigatório o uso do uniforme, não podendo nenhum aluno estar no Edifício da Escola, sem que esteja devidamente uniformizado. (SÃO PAULO, 1933, p. 13)

As escolas públicas tentavam seguir o decreto do governo, que estabelecia o uso do uniforme escolar, que deveria ser completo. O governo auxiliava na aquisição da vestimenta dos mais necessitados, mas, por mais que o governo se esforçasse para dar o uniforme completo para os mais carentes, o sapato ficava por conta da família, o que impedia a permanência do estudante no ginásio. Por ser o sapato um item muito caro, a população de baixa renda nem estava habituada a usá-lo; poucos lugares o fabricavam no Brasil.

Por isso, segundo Inês Dussel (2005), os uniformes escolares - mesmo sendo uma medida tomada em conformidade com proposta pautada nos princípios de igualdade - também provocavam exclusões e impunham hierarquias e desigualdades.

Para evitar que o princípio o uniforme se perdesse, o uso do sapato, por fim, acabou sendo deixado de lado até a década de 1950 quando passou a ser exigido. O aluno do ensino secundário, do início da década de 1930, passou a frequentar a escola com o calçado que possuía.

3.2 O mobiliário e o material escolar

O mobiliário também faz parte do programa de ensino. Toda vez que os objetos são utilizados de forma didática, constrói-se uma íntima relação entre este e o projeto educativo. Escolano (1998) afirma que a materialidade reflete uma série de estímulos, conteúdos e valores que compõem um currículo oculto.

Destarte, há relevância nesse assunto. É preciso identificar todos os conteúdos da época, sejam eles materiais ou intelectuais, para entender, de forma mais consistente o tema estudado.

Como o uniforme, o mobiliário das instituições também era, basicamente, o mesmo nas instituições oficiais, pois havia uma padronização, quanto a isso, no Estado de São Paulo.

Segundo Figueira (2007), a lousa à frente da classe possuía moldura de madeira e era de pedra-ardósia preta, modelo que adotado desde 1920. Os

professores usavam lápis feitos de ardósia ou de pedra-sabão bem macia, para escrever em lousas, de ardósia mais dura. A lousa era apagada com pano umedecido.

Alguns ginásios eram improvisados em casas, galpões ou casarões, a lousa fixada na parede, e os alunos dividiam, espaço na carteira, sentando-se em bancos largos de tábua.

Os bancos coletivos eram utilizados nas escolas mais afastadas. Figueira (2007) afirma que o formato da carteira escolar, fosse carteira para cinco alunos ou para dois, proporcionava um maior controle sobre os alunos. As carteiras eram usadas como recurso para obtenção de disciplina, pois o professor teria um maior controle sobre seus alunos do que se eles estivessem sentados, individualmente.



Figura 3 Fonte: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br> Bancos coletivo escolares. Acesso em 13/12/2012.

Já nos ginásios oficiais do Estado de São Paulo, as carteiras eram fabricadas em dois modelos: para serem utilizadas por dois alunos ou individualmente.

A invenção da carteira em frente ao banco supõe uma distância física e simbólica entre os alunos e o grupo, e, portanto, uma vitória sobre a indisciplina. Este artefato destinado ao isolamento, imobilidade corporal, rigidez e máxima individualização permitirá a emergência de técnicas complementares destinadas a multiplicar a submissão do aluno. (VARELA, 1992, p. 92).

Um dos objetos que favoreceram a disciplina dos alunos, segundo Varela (1992), eram as carteiras escolares, já que a troca da mesa-banco por carteiras escolares individuais, nas salas de aula, permitia um maior rigor quanto à disciplina.

Nos bancos coletivos, as trocas com o colega que sentava ao lado eram constantes; além das conversinhas, podia-se trocar uma risada, um lápis ou até “colas” nas provas.



Figura 4 Fonte: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br> A Carteira dupla, móvel escolar fabricado na cidade de São Paulo, por Eduardo Waller & C 1930. Acesso em 13/12/2012.

Nos ginásios oficiais do Estado, a carteira de madeira com alicerce de ferro, ligada à carteira de trás, (dificultava muitas vezes, que o aluno se movimentasse sem prejudicar o trabalho do colega que trabalhava com a caneta-tinteiro), possuía assento duplo. Parafraseando Pacolla (1997): no tampo havia uma leve inclinação, que permitia um melhor posicionamento para o tinteiro e o porta-caneta.



Figura 5 Fonte: Museu-da-escola-e-inaugurado-na-capital..Tinteiro e caneta bico de pena. Renato Weil/EM/D.A Press. Acesso em 13/01/2013.

O tinteiro e a caneta eram materiais essenciais para os estudos; a tinta oficial era de cor azul. A tinta era adquirida pelas instituições (em garrafas de um litro) ou eram enviadas pela administração municipal.

Na década de 1930, a indústria brasileira de material escolar já atendia o mercado interno, mas produtos de luxo, como a caneta tinteiro com reservatório de tinta, eram ainda importados. Por ser muito mais barata do que a caneta tinteiro, a caneta de madeira com pena metálica permaneceria em nossas escolas até a década de 1960. (CRE: Mário Covas, 2005, s/p).

Por ser um material caro, a tinta era fornecida ao aluno. O professor a distribuía para os estudantes, que levavam para a escola um frasco-tinteiro vazio, que era colocado numa fenda circular que havia nas carteiras coletivas dos estudantes. Com canetas, esmaltadas e de madeira, cuja pena - de aço - era “molhada” no tinteiro, os estudantes copiavam textos da lousa.



Figura 6 Fonte: FIGUEIRA (2007) Mata-borrão Acesso em 13/12/2012.

Segundo Prata (2002), o mata-borrão era um objeto indispensável nessa época; era grande, com uns 20 centímetros de largura, por uns 10 de altura, de madeira. Escrevia-se uma linha e comprimia-se o mata-borrão contra a folha para que ele sugasse a tinta, evitando, assim, que o excesso borrasse a folha ou a roupa do aluno.

Quase todo o material escolar deveria ser adquirido pelo aluno. Uma vez aprovado no exame de admissão ao ginásio, o educando recebia a lista do material necessário. Todos os cadernos deveriam ser encapados, assim como os livros

didáticos adotados e, devidamente, identificados com o nome completo do aluno e da série que cursava.

Uniformes, mobiliários contribuía para a formação do aluno, mas para que esses itens tivessem função, era preciso outra materialização, a instituição de ensino.

3.3 As primeiras instituições de São Paulo

Era uma vitória para a cidade quando conseguia equiparar um colégio ao Colégio Pedro II no Rio de Janeiro, principalmente, quando esses estabelecimentos de ensino secundário eram, oficialmente, mantidos pelos Estados, pois passavam a ter prestígio social e a procura por vagas aumentava. Era o caso do Ginásio do Estado de São Paulo, na capital; o primeiro Ginásio público do Estado.

O Ginásio de São Paulo foi o primeiro a ter o ensino secundário como única etapa de ensino, pelo menos até a reforma do ensino federal instituída pela Lei Nº5692, de 1971. Foi considerada, por muitos anos, uma escola modelo. (Arquivos da Escola Estadual de São Paulo, 2001 *apud* VALENTE, 2005, p.180).

Os intelectuais de São Paulo eram idealistas e entendiam que a educação deveria ser prioridade, pois era a mola propulsora para as mudanças que levariam o Brasil a se equiparar aos países desenvolvidos.

A preocupação com a formação intelectual dos secundaristas era real, pelo menos no que diz respeito àquilo contido no Código de Educação, no título I do decreto n. 5.884, de 21 de abril de 1933:

Art. 539 - A escola secundária, destinada à educação dos adolescentes, tem por fim desenvolver-lhes em extensão e profundidade a cultura geral comum, iniciada na escola primária, com que se deve articular, e orientá-los às diversas atividades profissionais, de base científica. (SÃO PAULO, 1933, p. 97).

Além disso, a frequência era obrigatória, reforçando os decretos da Reforma Francisco Campos, como se pode ler no capítulo VIII do Código de Educação “Do regime escolar e exames”, artigo 584 (1933, p. 104): “É obrigatória à frequência as

aulas, não podendo apresentar-se a exames no fim do ano o aluno que não tiver comparecido a 3/4 das aulas dadas em cada matéria”.

Na redação do Código de Educação, Fernando de Azevedo deixa claro que o ensino secundário deveria ter caráter de cultura geral e não profissional, não cabia a esse nível de ensino formar os quadros profissionais, fosse para os novos postos de trabalho criados pela crescente industrialização da sociedade, fosse para os quadros dirigentes do governo. Estes deveriam ser recrutados no ensino superior.

Ao ensino secundário, caberia formar a classe média, seu caráter e sua mentalidade. Para isso, o ensino ministrado deveria ser integral – não apenas instrução, mas, sobretudo educação –, seriado, para garantir que o estudante cursasse todos os anos, e comum a todos, para que atendessem à sua função de possibilitar a unidade nacional. Privilegiar as ciências, todavia sem descuidar das humanidades, que têm “[...] comprovada eficiência na formação do caráter e da mentalidade” (AZEVEDO, 1957, *apud* SILVA, 2009, p. 39).

Conseqüentemente, o ensino secundário deveria manter uma infraestrutura comum, pois o objetivo desse nível era preparar o estudante para qualquer um dos cursos superiores pelo qual pudesse, posteriormente, se interessar.

Apesar de o currículo mínimo ser definido pelo poder central, os Estados poderiam complementar a carga didática de acordo com suas especificidades regionais, mas tendo, sempre, as vistas voltadas para a função de formar indivíduo em âmbito nacional. No título II, capítulo I do Código de Educação de 1933, a estrutura do curso secundário de São Paulo ficou assim organizada:

Art. 545 - O curso fundamental dos ginásios compreenderá as seguintes disciplinas, distribuídas em cinco anos com a seguinte seriação:

1.^a série: - Português, francês, história da civilização, geografia, matemática, ciências físicas e naturais, desenho, música (canto orfeônico).

2.^a série: - Português, francês, inglês, história da civilização, geografia, matemática, ciências físicas e naturais, desenho, música (canto orfeônico).

3.^a série: - Português, francês, inglês, história da civilização, geografia, matemática, física e química, história natural, desenho, música (canto orfeônico).

4.^a série: - Português, francês, inglês, latim, história da civilização, história natural, desenho.

5.^a série: - Português, latim, história da civilização, geografia, matemática, física e química, história natural e desenho.

Art. 546. - As disciplinas que constituem o ano fundamental são distribuídas pelas seguintes cadeiras e aulas:

- 1.^a cadeira - Português
- 2.^a cadeira - Francês
- 3.^a cadeira - Inglês
- 4.^a cadeira - Latim
- 5.^a cadeira - Matemática
- 6.^a cadeira - Ciências físicas e naturais
- 7.^a cadeira - Física
- 8.^a cadeira - Química
- 9.^a cadeira - História Natural
- 10.^a cadeira - Geografia
- 11.^a cadeira - História da Civilização
- 1.^a aula - Desenho
- 2.^a aula - Música

Art. 547. - No curso dos ginásios haverá educação física com frequência obrigatória, em todas as séries, distribuídos os alunos em turmas homogêneas. (SÃO PAULO, 1933, p. 98-99).



Figura 7 Fonte: www.Arquivo do Estado de São Paulo 1933, Ginásio Estadual.. Educação Física. 12/02/2013

O Código de Educação torna, então, oficial a educação física para o ensino secundário, o que não era obrigatório na Reforma Francisco Campos.

Apesar de as aulas serem coeducacionais, a educação física era dividida por gêneros. A alegação para tal procedimento pautava-se na resistência física, diferente entre os sexos, evitando, também, possíveis constrangimentos entre os gêneros.

Com relação à aplicação das provas, o Código de Educação manteve as prescrições da Reforma Francisco Campos, que constavam de provas escritas, exames e sabatinas (provas orais, muitas vezes, feitas aos sábados), como podemos observar nos artigos pertencentes ao mesmo capítulo acima:

Art. 585. - Durante o ano letivo, haverá arguições, trabalhos práticos e provas escritas.

Art. 586. - Mensalmente, a partir de abril, será dada a cada aluno em cada disciplina, pelo respectivo professor, pelo menos uma nota relativa à arguição oral (sabatina), ou aos trabalhos práticos.

Art. 588. - As provas parciais, depois de julgadas pelos professores, serão encerradas por disciplinas e série em invólucro lacrado e rubricado pelo diretor do ginásio.

Art. 590. - As notas atribuídas em qualquer das provas serão graduadas de zero a dez. (SÃO PAULO, 1933, p. 104-105)

O que demonstrava que, apesar de o Código da Educação ter sido pautado nas ideias da Escola Nova, dever-se-ia obedecer a algumas regras para que houvesse o funcionamento unificado do ensino, que se expandia.

Isso também pode ser percebido na deliberação da jornada escolar do ensino secundário, no artigo 572 do capítulo VI do Código de Educação, que determinava a duração de 50 minutos de aula, com intervalos de, no mínimo, dez minutos entre uma aula e outra, para que os alunos reorganizassem a sala para o próximo professor. Destarte, evitava-se montar horários com aulas duplas.

A carga horária mínima era de 20 horas e a máxima, de 28 horas semanais. Era preciso regulamentação das normas para que as ações locais seguissem o mesmo princípio adotado na administração de todo o sistema de ensino do Estado.

Para tanto, o ano letivo começava, em todos os Ginásios estaduais de São Paulo, em março e terminava em novembro; dezembro era o mês dos exames finais. Os alunos podiam ser reprovados por meio ponto ou até por um décimo. As férias ocorriam nos meses de janeiro, fevereiro e na segunda quinzena junho.

A divisão do ensino secundário seguia a Reforma Francisco Campos, como determinava a lei: possuía dois ciclos, um fundamental (cinco anos). O Código de Educação, porém, no artigo 592, se diferenciava da Reforma Francisco Campos, no que diz respeito ao tempo do curso complementar.

No Estado de São Paulo, o curso complementar era de um ano, enquanto que o decreto da Reforma Francisco Campos determinava dois anos. A demanda crescente forçava São Paulo a aumentar o número de escolas nos demais municípios do Estado, evitando que oriundos de outras cidades se apinhassem em São Paulo e, assim, o Ginásio de São Paulo pudesse oferecer dois anos de curso complementar.

Nos anos posteriores a 1930, houve um aumento significativo de alunos no curso ginasial e complementar, seguidos de altas taxas de evasão e reprovação, com as condições dos alunos que cresciam em número de matrícula neste segmento de ensino [...] vindos de áreas rurais, acompanhando o movimento das famílias em direção ao crescimento da industrialização que se processava nas cidades. Dos alunos ingressos no período de 1933 a 1938, por exemplo, apenas 45% em média obtinham o certificado de conclusão do curso ginasial, sendo que, nos cursos complementares, havia variações muito discrepantes de um ano para outro. (NUNES, 1962, p. 80)

Os três ginásios estaduais no Estado de São Paulo não comportavam o crescente número de alunos no último ano complementar os quais necessitavam de espaço para novos alunos que ingressavam no primeiro ginasial. Para tanto, os cursos deveriam ser mais curtos.

O cumprimento do artigo 594 do Código de Educação, já citado no capítulo II deste trabalho, sobre a participação dos municípios cederem os prédios, aliviou os encargos do Estado e auxiliou no funcionamento do Ginásio, sendo fundamental para a primeira etapa de expansão da rede estadual de ensino secundário.

Como o edifício era o mais dispendioso dos itens para os cofres públicos, a colaboração dos municípios era bem recebida e incentivada pelo Estado.

O Ginásio de São Paulo foi o primeiro a ser criado no Estado, atendia alunos da capital, do interior e até de outras partes do Brasil.



Figura 8 Fonte: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br> Foto do primeiro prédio que abrigou o Ginásio de São Paulo. Acesso em 13/12/2012

Fundado em 16 de setembro de 1894, foi referência nacional no ensino secundário, por muito tempo. Os Ginásios que se criaram, posteriormente, no Estado de São Paulo, seguiam o modelo do Ginásio da Capital.

Em São Paulo, o colégio era procurado por alunos não só do interior do Estado como também de outros Estados, principalmente do Nordeste. Fundado com o nome de Gymnasio de São Paulo recebeu diferentes nomes: Primeiro Ginásio de São Paulo, Ginásio da Capital, Colégio de São Paulo, Colégio Estadual Franklin Delano Roosevelt, Colégio Estadual Presidente Roosevelt, Colégio Estadual de São Paulo, Escola Estadual de São Paulo, Escola Estadual de 2º Grau de São Paulo e Escola Estadual de São Paulo. O colégio paulista mudou frequentemente de endereço: Travessa da Glória no. 23, o endereço de sua inauguração, no governo de Bernardino de Campos, Presidente do Estado; Rua Boa Morte, hoje Rua do Carmo; Rua Conde do Pinhal; transferindo-se, em seguida para o Liceu de Artes e Ofício, no bairro da Luz; Parque D. Pedro II e Rua do Carmo, de 1932 a 1940; mudando-se em 1940 para a Rua Frederico Alvarenga, nº 121, onde permaneceu até 1960; finalmente deslocando-se para a Rua da Figueira, no. 500, onde hoje se encontra, em prédio construído por ex-aluno da escola, Prefeito Wladimir de Toledo Pizza. (Arquivos da Escola Estadual de São Paulo, 2001 *apud* VALENTE, 2005, p.180)

Pesquisando nos arquivos documentais⁵, é possível constatar que da documentação histórica do Colégio São Paulo, pouca coisa sobrou desse período.

Devido a várias mudanças, os poucos livros de registro se perderam, restando apenas depoimentos, anotações nem sempre com comprovação documental.

Foram muitas reformas, com muitas mudanças de curta e média duração na instituição, o que, por várias vezes, causou perda de informações mais precisas.

Segundo Alvarez (2004), parte documental que foi encontrada é, por exemplo, a ata da Congregação do Ginásio de São Paulo, 1934-1935, na qual consta que, em 1930, o Colégio São Paulo contava com um total de 459 alunos no ensino secundário, sendo que 418 candidatos se inscreveram naquele ano, mas somente 285 passaram pelo exame de admissão, no primeiro ginásio. A narrativa é sucinta, e não constam registros dos nomes dos candidatos às vagas.

Pelo registro, a procura pelo ingresso ao ginásio era grande, o que demonstra uma esperança de uma vida melhor: através dos estudos, a criança teria mais chance de ingressar no ensino superior e galgar um emprego mais qualificado.

O fato é que a cidade crescia e os ginásios se multiplicavam no Estado de São Paulo; boa parte, porém, dos ginásios não se constituía de prédios especialmente construídos para fins escolares.

Bittencourt (1989, p. 40) afirma que o Ginásio da Capital não contou com instalação definitiva, durante o período estudado, embora vários relatórios da Diretoria de Ensino insistissem na necessidade de “instalações condignas”.

Naquele período, havia estabelecimentos que eram locais improvisados ou escolas particulares falidas que acabavam se tornando escolas públicas por falta de capital.

⁵ **Arquivos documentais** catalogados na Escola Estadual de São Paulo sob os cuidados da Diretoria Geral do Ensino. Anuário Estatístico escolar de 1930 www.arquivoestado.sp.gov.br

Um desses casos foi o primeiro Ginásio Estadual de Campinas, localizado no interior do Estado.



Figura 9 Fonte: Arquivo da Fundação para o Desenvolvimento da Educação – SP Colégio Culto à Ciência, Campinas, SP. Acesso em 12/02/2013

Antes, recebia o nome de Colégio Culto à Ciência (atualmente, E.E. Culto à Ciência), fundado no dia 12 de Janeiro de 1873, como uma escola particular para meninos, por uma associação chamada Sociedade Culto à Ciência. Ressalte-se que parte dos membros dessa instituição pertencia à Maçonaria⁶, composta pelos fazendeiros, comerciantes e intelectuais da cidade de Campinas.

O nome da escola era uma referência aos ideais positivistas, pois, para eles, “a razão era o novo guia da humanidade e cultivar a ciência era o mesmo que cultivar a razão”. (AFFONSO e PINTO, 1986, p.15).

Em 1890, a escola passou por uma crise e teve de fechar as portas até 1896, quando foi reaberta pelo governo do Estado de São Paulo, tornando-se Colégio de Campinas. Em 1932, conseguiu a equiparação com o Colégio D Pedro II, o colégio da Capital.

⁶ **Maçonaria** s.f. Sociedade semi-secreta,*sic” que tem por fim principal o desenvolvimento do princípio da fraternidade e da filantropia e que usa como símbolos os instrumentos de arquiteto e pedreiro (o compasso e o esquadro).(BOBBIO, 2010, p.386).

O terceiro Ginásio do Estado localizava-se na cidade de Ribeirão Preto, fundado em 1º de abril de 1907. A Escola Estadual Otoniel Mota foi o segundo Ginásio do interior do Estado de São Paulo a ser instalado.



Figura 10 Fonte: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br> Foto do Ginásio Ribeirão Preto –S P. Atualmente EE Otoniel Mota. Acesso em 13/12/2012

O Ginásio do Estado em Ribeirão Preto, desde a década de 1920, possuía o maior número de meninas matriculadas no Estado. Em 1924, segundo Furtado (2007), a instituição conseguiu se colocar à frente dos demais estabelecimentos estaduais de ensino secundário: do total de 566 matrículas femininas, 162 pertenciam ao Ginásio de Ribeirão Preto. Havia 169 meninos matriculados, o que evidenciava um equilíbrio entre as vagas preenchidas por um e outro sexo.

Perez (2006, *apud* Souza, 2007, p.95) afiança que, estudando no Ginásio, além do prestígio social e da possibilidade de ingresso no ensino superior, os alunos poderiam também concorrer a profissões de padrão elevado. Já Furtado (2007)

escreve, em sua pesquisa intitulada *História da formação docente no Brasil*, que, em 1930, o número total de matriculados no primeiro ano era de 63, o número de moças era de 30, aproximando-se do número de rapazes, que era de 33. Isso se dava devido à ausência de uma Escola Normal na cidade. Por isso, as meninas, não podendo ingressar na carreira do magistério, seguiam os estudos no ginásio científico.

O objetivo era o mesmo para ambos os sexos. Os jovens almejavam uma formação intelectual e cultural sólida para que, posteriormente, pudessem ingressar em um curso superior e, por fim, conseguir um bom emprego.

A procura aumentava nos três ginásios. A cada ano, surgiam mais candidatos do que vagas. O *Código de Educação*, no artigo 594, demonstra preocupação pela necessidade de criar novos Ginásios, segundo o que estabelecia o artigo 594, procurando solucionar o problema.

O cumprimento do artigo 594 do *Código de Educação*, já citado no capítulo II deste trabalho, tratava da participação dos municípios que cederiam os prédios para o funcionamento do ginásio secundário, aliviando os encargos do Estado, sendo fundamental para a primeira etapa da expansão da rede estadual de ensino secundário.

Como o edifício era o mais dispendioso dos itens para os cofres públicos, a colaboração dos municípios era bem recebida e incentivada pelo Estado. O exemplo aqui escolhido é o Ginásio de Araraquara, por ter sido um dos primeiros a ser implantado no interior do Estado de São Paulo, na década de 1930.

O Ginásio de Araraquara, mais conhecido, hoje, como Escola Estadual Bento de Abreu, antes era um instituto educacional particular, que passou por dificuldades financeiras, chegando à falência. Passa a pertencer ao município e, posteriormente, é cedido ao Estado, como afirma Perez:



Figura 11 Fonte: CD ROM Memória Fotográfica de Araraquara 2007 apud VALENTE (2005). Ginásio Estadual de Araraquara.- Escola Mackenzie de Araraquara.

Ginásio Estadual de Araraquara, Colégio – estabelecimento particular de ensino primário e secundário criado pelos irmãos L. J. Lane e Rudin Lane de São Paulo visando atender as necessidades educacionais da elite agrária de Araraquara e região. Em 1926, o colégio tornou-se propriedade municipal passando a denominar-se Gymnasio Municipal Mackenzie. Logo em seguida, em 1932, o governo do Estado de São Paulo autorizou a criação do Ginásio Oficial de Araraquara (decreto n. 5.408, de 4/3/1932). O edifício e os bens pertencentes ao Ginásio Municipal foram doados pela prefeitura ao Estado. (PEREZ, 2006, *apud* SOUZA, 2007, p. 99).

Ao longo de sua história, essa instituição passou por várias transformações; alguns documentos preservados elucidam esse período. Ao observar a tabela abaixo dos alunos matriculados no curso preparatório de 1932, nota-se a preocupação do registro de levantar dados não só da idade dos participantes, como também, da sua condição financeira, o que não deixa de ser um “censo”, na época.

Tabela do Livro de Matrícula do Curso Preparatório 1932

SEXO	NATALIDADE	ANO DE NASCIMENTO	RESIDÊNCIA	PROFISSÃO DO PAI
6 FEMININOS	14 ALUNOS DE ARARAQUARA	2 - DE 1915 – 17 ANOS	21 CENTRO	2 AGRICULTORES

25 MASCULINOS	1 DE COLINA	1 - DE 1917 – 15 ANOS	6 DA RUA DO COMÉRCIO	14 COMERCIANTES
	1 DE IBITINGA	5 - DE 1918 – 14 ANOS	1 FAZENDA SANTA ISABEL	1 CAPITALISTA
	2 DE JABOTICABAL	7 - DE 1919 – 13 ANOS	1 FAZENDA SANTA HELENA	1 DENTISTA
	1 DE MATÃO	10 - DE 1920 – 12 ANOS	1 FAZENDA TANQUINHO	1 ELETRICISTA
	1 DE PINDORAMA	5 - 1921 – 11 ANOS	1 RINCÃO	1 ESCRITOR
	1 DE RINCÃO	1 – 1922 – 10 ANOS		2 ENGENHEIROS
	1 DE SANTA CRUZ DO PALMITAL			1 JUIZ AUXILIAR
	1 DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO			2 LAVADORES
	1 DE SÃO CARLOS			2 PROFESSORES
	1 DE SÃO MANOEL			3 VIAJANTES
	1 DE SÃO PAULO			

Quadro 3 Fonte: Livro de Matrícula da Escola Estadual Bento de Abreu. Citado por NAVARRO (2012) Os Livros de matrículas escolares como fonte de pesquisa: caracterização dos candidatos ao 1^o ginásial do Ginásio Estadual de Araraquara (1932).

A maioria dos candidatos a uma vaga no 1^o ginásial da Escola Estadual Bento de Abreu, no ano de 1932, com idade entre 10 a 17 anos, residiam, no centro da cidade, o que poderia indicar uma média condição financeira. O número razoável de alunos em busca de uma vaga no 1^o ginásial, foi resultado da estadualização do Ginásio de Araraquara, no qual o aluno poderia estudar sem ter que pagar por isso.

Navarro (2012), ao analisar a tabela, afirma que a procura por uma vaga era maior pelo sexo masculino; os alunos que residiam no centro, provavelmente, procuravam a instituição devido ao ginásio ser próximo de suas residências, reduzindo os gastos e facilitando na locomoção. A profissão dos pais indicava boa condição financeira; e a idade relativamente alta nas séries, demonstrava a entrada tardia na escola dos alunos, devido à demora da estadualização do ginásio. Além disso, estudar no Colégio Bento de Abreu dava certo prestígio social.

O Ginásio Estadual de Araraquara, hoje, abriga a casa da cultura Luiz Antonio Martinez Corrêa, mas permanece com sua construção elegante. A escadaria de mármore, na entrada, demonstra a infraestrutura resistente da época, as janelas

altas arejando as salas, no piso superior, evidenciam a preocupação na construção do espaço escolar, lembrando que, ao ser construído, o prédio era uma escola privada, o que deve ter gerado investimentos altos para a ocasião. Souza (2008) esclarece que um anfiteatro e uma biblioteca foram adaptados na parte de baixo do prédio, mas isso já no ano de 1935.

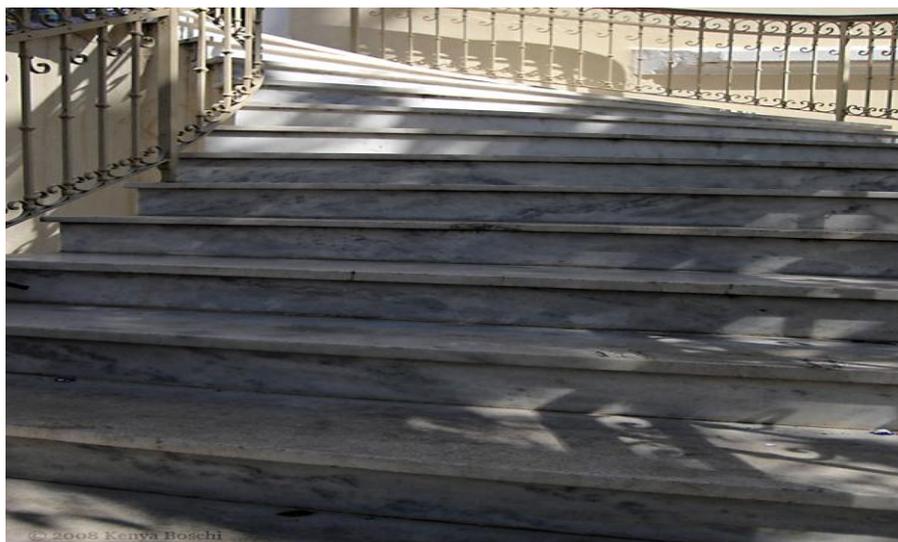


Figura 12 Fonte: Arquivo municipal de Araraquara. Escadaria da Casa Da Cultura de Araraquara, antigo Ginásio do Estado de Araraquara. Acesso em 12/02/2013

O Ginásio de Araraquara merece destaque por ter sido o primeiro colégio secundário, no interior paulista, a adotar aulas de laboratório. Segundo Souza (2011), foram catalogados mais de 60 instrumentos⁷, utilizados da década de 1930 a 1970, nos laboratórios de física e química da instituição. Souza afirma, ainda, que são instrumentos caros e que a grande maioria foi trazida da Europa. Aparentemente, havia um investimento na investigação científica, baseado nos princípios escolanovistas.

⁷ **Instrumentos** encontrados espalhados pela Escola Estadual Bento de Abreu de Araraquara, em uma pesquisa iniciada em 2007, feita por uma equipe de pedagogas da UNESP de Araraquara, coordenada pelas professoras Rosa Fátima de Souza e Vera Tereza Valdemarim.*

3.4 Método pedagógico

Os ginásios públicos oficiais do interior do Estado de São Paulo tentavam manter a hegemonia na estrutura material, assim como na metodologia de ensino, fixada como regra no Código de Educação, lembrando que este se apoiava no documento *Manifesto dos Pioneiros*, o que significa dizer nas ideias da Escola Nova.

Para a instalação de preceitos da Escola Nova, era necessário reorganizar todo o sistema educacional brasileiro, a começar por mudanças do método pedagógico e a redefinição do papel social da escola.

Por um lado, cabia à escola adaptar as crianças às necessidades da sociedade moderna, entendida como uma civilização em mudança; por outro lado, ela deveria constituir-se em elemento transformador do meio social, abrindo-se à comunidade e intervindo nos processos sociais. Assim, no movimento escolanovista, transformar a escola em “uma instituição social, real e viva”, nos termos de Dewey, implicava uma organização interna que possibilitasse às crianças compreenderem o funcionamento da sociedade; ao mesmo tempo, era preciso ampliar o raio da ação educativa para que a escola pudesse realizar a obra de reconstrução social. (SOUZA, 2008, p.11)

Para tanto era preciso valorizar as instituições que serviriam de apoio para o sucesso delas decorrente das novas mudanças educacionais, como criação de bibliotecas, de museus, o uso adequado do rádio e do cinema educativo (consolidando-se em 1937, com a criação, em âmbito federal, do Instituto Nacional de Cinema Educativo (I.N.C.E.)), assim como, o apoio da família, através da associação de pais e mestres, a assistência saúde, com atendimentos médicos e odontológicos a todos os discentes. Cuidados que Fernando Azevedo, mais tarde, reforça em seu livro *História da Educação e da pedagogia – Geral e Brasil*:

O estímulo às práticas higiênicas de asseio e cuidados pessoais, bem como uma eficiente assistência médica e dentária, estimulando a construção de uma imagem corporal positiva, tornando a criança partícipe dos cuidados com o seu próprio corpo, estimulada a tal prática ao se perceber valorizada pelos cuidados externos da instituição escolar. (AZEVEDO, 1956, p. 66)

Todos esses componentes, inseridos nas mudanças educacionais, levaram anos para serem adequados ao ensino secundário de São Paulo, pois acarretavam grandes gastos aos cofres públicos, o que impedia a aplicação imediata deles.

Com o novo método pedagógico não foi diferente, pois, além de depender dos instrumentos já citados, para seu sucesso, eram constantemente questionados e criticados pelos defensores da escola tradicional.

O método da Escola Nova diferente do método tradicional, até então vigente nas escolas secundárias: do “depósito do saber”. Defendia a participação do aluno, acreditava que as aulas práticas e as experiências vividas contribuía para o aprendizado. Bem diferente do método tradicional, que apostava no aluno passivo, pronto a receber o conhecimento, que só o professor poderia lhe proporcionar.

Santos (2006), em seu artigo *A Pedagogia ou Método de Projetos?*, afirma que o objetivo dos escolanovistas visava à formação de sujeitos ativos com espírito investigativo, senso crítico, elementos integrantes de uma sociedade em transição.

O Código de Educação trazia em seu texto, Título I - da Educação secundária - no Capítulo único, a definição dos objetivos a serem alcançados pela aplicação do novo método:

§ único - O método de ensino deve basear-se tanto quanto possível em projetos que tomem em consideração a capacidade, necessidades e planos futuros dos alunos de um lado, e a vida social e suas necessidades, de outro:

a) por pesquisas, pelos alunos, das fontes bibliográficas relativas aos problemas propostos;

b) por investigações especiais com o fim de desenvolver o espírito científico;

c) por meio de relatórios das pesquisas feitas;

d) pelo desenvolvimento da iniciativa dos alunos para que possam, pelo treino experimental, chegar a conclusões e generalizações próprias; e

e) pela prática da cooperação, entre os alunos, para que compreendam a responsabilidade que lhes cabe como elementos do grupo social e para que possam alcançar o melhor ajustamento social. (SÃO PAULO, 1933, p.98).

O novo método, além de ter como objetivo uma educação democrática, baseava-se nas ideias de John Dewey, que defendia os ideais pragmáticos, fundamentados no princípio da união entre o pensamento e a ação. Para os

defensores desse princípio, o pensamento sem ação não é útil. Apostavam na experiência como processo educativo, pois se unia a teoria à prática. Além da prática educativa, os métodos pedagógicos científicos, quanto à sua aplicação, deveriam estar voltados para o aluno.

Souza (2008, p.161) afirma que “pouco se sabe sobre a efetivação do método proposto, sobre o ensino praticado e os conteúdos transmitidos aos alunos e, menos ainda, sobre os saberes aprendidos por eles.” Os relatos referentes aos atos educativos não eram registrados pelos professores; perderam-se com tempo sem registro para as gerações futuras.

Outro dado negativo em relação a registros da década de 1930 é que, só a partir do artigo 8, item 15, do Código de educação, decreto nº 5.884 de 1933, os relatórios passaram a ser exigidos do Diretor Geral do Departamento de Educação, o que dificulta a pesquisa em relação aos anos de 1930 a 1934. Além disso, esses relatos não tratavam do cotidiano da sala de aula.

Os registros estão mais voltados aos recursos materiais e aos educadores, apontamentos sobre o curso normal e o início da formação de licenciaturas, os quais apontam que os docentes secundaristas não possuíam qualificação, em 1933. “Os cursos de formação de professores secundaristas iniciaram-se em 1930.” (SOUZA, 2008, p. 191).

O período estudado é o início da reformulação do ensino secundário e, por isso, apresenta poucos avanços reais, mas muitos avanços legais. No que se refere ao ensino secundário do Estado de São Paulo, tanto a Reforma Francisco Campos como o Código de Educação resultaram, de forma positiva, na sua expansão e homogeneização nos anos seguintes.

Entre avanços e retrocessos, o Código de Educação foi se efetivando. Fernando de Azevedo deixa o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública de São Paulo. Embora sua administração tenha sido curta, implantou inovações no ensino paulista.

No mesmo ano, Sud Mennucci assume, novamente, o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública de São Paulo, mas fica por poucos dias nele, dando lugar a Francisco Azzi. No ano seguinte, é a vez de Luiz Motta Mercier assumir o cargo, ainda durante o governo do interventor Armando de Salles Oliveira, que contribui

para a expansão do ensino secundário em São Paulo. Em 1934, Gustavo Capanema assume o Ministério da Educação e Saúde Pública, a Constituição é assinada e a educação ganha forças legais em âmbito nacional.

CAPÍTULO IV

O ESTADO DE SÃO PAULO DURANTE O PERÍODO DE 1933 A 1934

No âmbito do ensino secundário, o mobiliário, o prédio escolar, seus utensílios e até o uniforme dos discentes ganham sentido pelo(s) uso(s). Significados e métodos que lhes são atribuídos pelos atores educacionais e pela própria sociedade.

Mas o ensino não se resume aos bens físicos, aos métodos, aos discentes e ao colegiado, depende também da política educacional vigente e seus “comandantes”, que mudaram constantemente nos primeiros anos de 1930.

As trocas frequentes dos ocupantes do cargo de Diretor Geral de ensino de São Paulo eram reflexos das constantes alterações que ocorriam no país. A instabilidade política no Governo Provisório de Getúlio Vargas resultou nessa “dança das cadeiras”, atendendo aos interesses políticos, uma vez que o cargo era de confiança.

Do final de 1933 ao ano de 1934, é possível perceber as inúmeras mudanças resultantes da luta pela democracia educacional. Essas transformações na educação, aos “olhos” de um leigo, podem parecer mudanças pouco significativas, mas no meio intelectual as alterações ocorridas, principalmente, no ensino secundário, foram vistas como uma boa colheita obtida pelos defensores da proposta escolanovista. Houve retrocessos, por certo, mas muitos avanços também ocorreram, como, por exemplo, os novos ginásios de ensino, criados pelo, então, governador do Estado de São Paulo, Armando de Salles Oliveira e a Constituição assinada em 1934, que materializava parte das ideias da Escola Nova, pois propunha uma reconstrução educacional e estabelecia, como princípio primordial, uma escola pública e gratuita, e que, enquanto instrumento social, deveria ser subsidiada e mantida pelo Estado.

4.1 O cargo de Diretor Geral da Instrução Pública de São Paulo e o código de Educação

Fernando de Azevedo permanece no cargo de Diretor Geral da Instrução Pública de São Paulo, de 28 de dezembro de 1932 até 25 de Julho de 1933, como já

afiançado. Suas ideias sempre foram: expandir o ensino secundário e organizá-lo a partir dos princípios defendidos pela Escola Nova.

O ensino secundário, no plano de Fernando de Azevedo, deveria ter, no mínimo, como ele mesmo ressaltava, duração de sete anos. Embora mantendo uma infraestrutura comum, o que ele denominava de ciclo geral, aceitaria uma bifurcação, em suas palavras, uma superestrutura diferenciada, o ciclo especial. Esta bifurcação estaria ligada a duas correntes, à científica e à literária e não em especialidade profissional. Isto porque um dos direcionamentos deste nível é preparar o estudante para qualquer um dos cursos superiores que possa posteriormente se interessar. (AZEVEDO, s.d., *apud* SILVA, 2009, p. 29)

Para Fernando de Azevedo, a principal contribuição do ensino secundário deveria ser a da escola como um instrumento social para a formação do adolescente, auxiliando-o na resolução de problemas da sociedade moderna, formando um cidadão pronto para ingressar no ensino superior, preparando um bom profissional para o mercado de trabalho, e, assim, possibilitar ao país ingressar no grupo dos países desenvolvidos.

A bifurcação do ensino secundário citada por Fernando de Azevedo: *a científica e a literária*, referia-se à educação científica que era voltada para os cursos superiores de medicina, farmácia, contabilidade, engenharia, economia; já a educação literária era voltada para a formação de intelectuais, dos bacharéis, Doutores de Direito e professores.

Fernando de Azevedo defendia uma educação científico-humanística, direcionada ao estudo de nível superior, de caráter universitário, que envolvesse a literatura e a ciência, sem haver divisão. Segundo Azevedo (1952 *apud* Souza, 2008, p. 215), “o humanismo se opõe a todo tipo de especialização e por isso, rejeita tanto a concepção de estudos puramente científico ou essencialmente literário.”, uma vez que o adolescente estaria sendo preparado para a vida adulta. Os cuidados na construção do Código de Educação para a área do ensino secundário foram minuciosos e, após sua divulgação, houve cobranças direcionadas ao Ministério da Saúde e Educação.

Azevedo chama a atenção para a questão da cobrança da própria sociedade em relação ao ensino secundário.

É difícil e caro conceder-se o que os pais reclamam para seus filhos – uma educação secundária completa, ministrada por professores selecionados a rigor, em edifícios amplos e arejados, devidamente equipado de bibliotecas, laboratórios e museus, com campos para jogos e auditórios para as atividades artísticas e culturais a que possam dedicar-se os estudantes num dia letivo completo [...] (AZEVEDO, 1952, *apud* SOUZA, 2008, p. 216).

Era preciso cuidado para garantir a qualidade do ensino secundário, visto que o problema não estava só na bifurcação científico/humanístico, mas no crescimento numérico de escolas sem os devidos acompanhamentos. Fernando de Azevedo temia que o ensino secundário fosse transformado em técnico para o trabalho e perdesse sua essência: fornecer às gerações jovens uma sólida cultura geral. Outra questão era cumprir com todos os itens do decreto do Código de Educação, uma vez que muitos eram dispendiosos.

Fernando de Azevedo deixa o cargo de Diretor da Instrução Pública do Estado de São Paulo para assumir a direção da Escola Normal Caetano de Campos⁸.

Sud Mennucci assume, novamente, o cargo, mas, desta vez, provisoriamente, do dia 07 de agosto de 1933 até o dia 23 de agosto do mesmo ano, sendo logo substituído por Francisco Azzi, que assume, no dia 24 de agosto de 1933, permanecendo até o dia 14 de agosto de 1934; era formado em direito e licenciado em francês.

Assim que assume o cargo, faz algumas modificações no Código de Educação de 1933, procurando reverter alguns critérios referentes ao funcionamento da máquina administrativa, como a realização de concursos e promoções do magistério, gastos que deveriam ser evitados pelo governo, uma vez que não havia recursos para isso.

Francisco Azzi refere-se, tanto aos professores primários, como aos professores secundários, quando aborda os concursos. O Código de Ensino, na Parte V da Educação Secundária, Título I da escola secundária em geral, apresenta os seguintes artigos:

⁸ **Escola Normal Caetano de Campos**, também conhecida como a Escola da Praça, foi a primeira Instituição Pública de São Paulo de formação de professores. (MONARCHA, 1999, p.13).

CAPITULO II

Do corpo docente

Art. 550. - O corpo docente dos ginásios se compõe de professores catedráticos e professores de aulas.

Art. 551. - Os cargos de professor catedrático e de professor de aulas serão providos por concurso.

Art. 552. - A nomeação de professor catedrático ou de aulas será feita por um período de três anos.

§ Único. - Findo o período de três anos, si o professor requerer será efetivado desde que obtenha a seu favor dois terços de votos dos membros em exercício da congregação. (SÃO PAULO, 1933, p.100)

É estabelecido ao ensino secundário, pelo Código de Educação, do artigo 550 até o artigo 552 e inciso único, que o professor deveria se submeter a concurso para lecionar, mas só haveria efetivação no cargo, após três anos, se aprovado pela Congregação do Ensino Secundário, com o intuito de determinar professores preparados e efetivos para o ensino secundário.

Em relatório feito, posteriormente, a pedido do Diretor de Instrução Geral de Ensino Antônio Almeida Júnior⁹ (1935-1938), no Anuário do Ensino do Estado de São Paulo: 1935-1936, Francisco Azzi descreve fatos referentes ao ano de 1933.

Para aferir essa informação, segue a citação de Gandini (2005, p. 12):

O quinto capítulo – “Administradores do ensino no Estado de São Paulo (1930-1935)” – analisa os relatórios dos administradores, que ocuparam o cargo de titulares da Diretoria do Ensino do Estado de São Paulo nos cinco anos que antecederam a gestão de Almeida Júnior à frente da mesma Diretoria do ensino. Os relatórios foram solicitados por Almeida Júnior e publicados como anexos ao *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, 1935-1936*. (GANDINI, 2005, p. 12)

Francisco Azzi relata a dificuldade de cumprir alguns itens do Código de Educação, o que, segundo ele, impediu um maior desenvolvimento de suas ações, se vendo obrigado a cumprir parte do decreto assinado pelo seu antecessor.

⁹ **Antônio Ferreira de Almeida Júnior** assumiu o cargo de Diretor do Ensino da Secretaria da Educação e da Saúde do Estado de São Paulo em 26/09/1935, nele permanecendo até abril de 1938. Durante esse período publicou dois anuários do ensino (1935-36 e 1936-37). O primeiro incluiu anexos os *relatórios*, que solicitara aos seus antecessores, pois, no período de 1928 a 1935 os anuários não haviam sido publicados. (GANDINI, 2005, p. 96).

Assim, refere-se à impossibilidade da realização de concursos e à necessidade de modificação da lei da carreira do magistério, o que realmente foi feito (decreto 6.197 de 9/12/1933), mantendo-se, porém, a preocupação com interferências estranhas ao serviço: (...) facilitando a remoção nomeação de professores, fazendo mais acertada classificação de estágios e estabelecendo as diversas etapas da carreira. Assim, entre outros, fixaram-se os seguintes requisitos para nomeações: – para diretor, mais de 5 anos de exercício; inspetor do interior, 10 anos; inspetor da Capital e delegado regional da Capital ou chefe de serviço, mais de 20 anos. Permitia-se a promoção a todas as autoridades escolares, não lhes fechando a carreira e bem assim aos docentes e diretores de estabelecimentos de ensino secundário. Pelo referido Decreto, seguido do Ato de 8-1-934, foram estabelecidas condições para a remoção e nomeação dos diretores de grupos, garantindo aos mais capazes o acesso e obstando que influencie estranhas interviesses no provimento desses cargos, de importância capital para o ensino. (AZZI, 1936, p. 353-354 *apud*, GANDINI, 2005, p. 109).

Destarte, Francisco Azzi, é obrigado a retroceder quanto aos direitos adquiridos pelos professores. Os concursos são suspensos, os cargos continuam a ser por indicação Tenta amenizar as mudanças com o novo decreto 6.197, de 9 de dezembro de 1933, mudanças efetuadas cinco meses após sua posse. Facilita as remoções, acordos paralelos, os estágios e as etapas de carreira, evitando maiores gastos para o Estado.

Não constam nos livros, artigos e arquivos pesquisados, mudanças diretas ao ensino secundário, durante seu mandato. O que se pode afiançar é que Francisco Azzi recebeu aval do interventor do Governo de São Paulo em todos os seus decretos, como afirma Gandini (2005, p.110): “Diga-se de passagem, todos os decretos eram assinados pelos interventores e um ou mais secretários.”, o que demonstra o apoio a Francisco Azzi.

4.2 O primeiro interventor paulista e civil e a expansão do ensino secundária em São Paulo

Como já citado no Capítulo I, Dr. Washington Ferreira Pires estava à frente do Ministério da Educação e Saúde Pública, desde o dia 16 de Setembro de 1932, e no Governo de São Paulo estava o civil, o paulista Armando de Salles Oliveira, que

havia sido nomeado por Getúlio Vargas como o novo interventor do Governo de São Paulo.

Seu desempenho em São Paulo, no setor da educação, justifica um item deste capítulo dedicado a uma breve análise de seu governo. Além disso, o período de seu mandato coincidiu com os acontecimentos históricos importantes que ocorreram, tanto no país, como especificamente, no Estado de São Paulo, que não podem deixar de ser citados.

Armando de Salles Oliveira governou São Paulo, de 1933 a 1935. Sua nomeação demonstrava que Getúlio Vargas cedia às forças da Revolução Constitucional e tentava reconciliar-se com os paulistas.

O trecho abaixo é uma reprodução de parte da reportagem do jornal *Folha da Manhã*, da cidade do Rio de Janeiro, transmitida, pelo telefone, no dia 16 de agosto de 1933, para o *Jornal da Manhã*, de São Paulo, que publica a notícia no dia 17 de agosto de 1933, que, hoje, está à disposição no arquivo digital da *Folha de São Paulo*:

RIO, 16 (Da nossa sucursal - Pelo telefone) - Foi assinado hoje à tarde, pelo chefe do governo provisório, o decreto nomeando o Sr. Armando de Salles Oliveira, para o cargo de interventor federal em São Paulo. Logo após a nomeação o Sr. Armando de Salles Oliveira esteve no palácio do Catete, onde conferenciou com o Sr. Getulio Vargas. Nessa conferencia, o Sr. Armando de Salles teria apresentado ao Sr. Getulio Vargas uma lista contendo os nomes dos secretários que s. s. pretende escolher para a administração paulista. Dessa relação fazem parte pessoas filiadas aos partidos que formam a frente única e também estranhas à política. O Sr. Armando de Salles Oliveira seguirá possivelmente sexta-feira, de automóvel, para São Paulo. (FOLHA DA MANHÃ/FOLHAPRESS, s/d, s/p)

Nessa lista, pretendida para a administração paulista, constava o nome de Francisco Azzi para o cargo de Diretor Geral de Instrução Pública, que fica no cargo, como já afiançado, por quase um ano, de 24 de agosto de 1933 a 14 de agosto de 1934.

Voltando à nomeação de Armando de Salles Oliveira: a notícia, em São Paulo, se dá pela *Folha da Manhã* no dia 17 de agosto de 1933:

FOLHA DA MANHÃ

Director-Deputado: OCTAVIANO ALVES DE LIMA PROPRIEDADE DA EMPRESA "FOLHA DA MANHÃ" LTDA. Director-Gerente: DIOGENES DE LEMOS AZEVEDO

ANNO IX RUA DO CARMO, 7 e 7-A TEL. 2-7181 (REDE INTERNA) S. PAULO — QUINTA-FEIRA, 17 DE AGOSTO DE 1933 END. TELEGR. — "FOLHAS" CAIXA POSTAL 3.900 N. 2.775

ANTECEDENTES DO CASO PAULISTA E A NOMEAÇÃO DO DR. ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA PARA INTERVENTOR

DECLARAÇÕES DO MINISTRO DA FAZENDA SOBRE O ARRANJAMENTO DO LLOYD BRASILEIRO — O MINISTRO DA AGRICULTURA PROPE AO GOVERNO PROVISÓRIO QUE OS SERVIÇOS DA PROPAGANDA E DEFESA DO CAFÉ PASSEM PARA O SEU MINISTERIO — SEGUE HOJE PARA OS ESTADOS UNIDOS A GRANDE CARAVANA TURISTICA CULTURAL — A AGENCIA HAVAS ANUNCIA QUE NA REUNIO MINISTERIAL DE SABBADO VAE SER MARCADA A DATA PARA REUNIO DA CONSTITUTE

FOI APRESENTADO AO CONGRESSO DO EQUADOR UMA MOÇÃO NA QUAL SE PEDIA A RENUNCIA DO PRESIDENTE DA REPUBLICA

Descoberta de um "complot" revolucionario no Uruguay — O "mahatma" Gandhi iniciou o jejum da morte — A questão das dividas de guerra — Normaliza-se rapidamente a situação em Cuba — Violento cyclone desabou sobre a Jamaica — Os aviadores Codos e Ross foram entusiasticamente recebidos em Paris

O DR. ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA NOMEADO INTERVENTOR EM SÃO PAULO

INTERESSANTES PORMENORES QUANTO AOS ANTECEDENTES DA NOMEAÇÃO — O DECISIVO RUMO DOS ACONTECIMENTOS POLITICOS

RIO, 16 (Da nossa especial) — A nomeação de Armandinho de Salles Oliveira, interventor em São Paulo, é o resultado de uma série de fatos que se desenrolaram no decorrer da semana passada. O ministro da Fazenda, Sr. João de Deus, após ter recebido do Sr. Armandinho de Salles Oliveira, ministro da Agricultura, uma proposta de nomeação para interventor em São Paulo, decidiu nomeá-lo para esse cargo. A nomeação foi feita por meio de um decreto assinado pelo Sr. João de Deus, e publicado no Diário Oficial de São Paulo, em 15 de agosto.

UM RESENHO DAS "SOMARIAS"

Alguns dias depois de a nomeação de Armandinho de Salles Oliveira para interventor em São Paulo, o Sr. Armandinho de Salles Oliveira, ministro da Agricultura, foi nomeado interventor em São Paulo. A nomeação foi feita por meio de um decreto assinado pelo Sr. João de Deus, e publicado no Diário Oficial de São Paulo, em 15 de agosto.



Sr. Armando de Salles Oliveira

RUA DIREITA 9 FASANELLO ENADA MAIS... HONTEM

CONTINUA BATENDO TODOS OS RECORDES OUTRA VEZ VENDEU SORTE GRANDE DA FEDERAL

HOJE PAULISTA 100 CANTOS	23144 com 100 contos JA PAGAMOS 17 PEDACOS DA GRANDE 17844 com MIL contos FASANELLO ENADA MAIS...	SABADO FEDERAL 500 CANTOS
--------------------------	---	---------------------------

Partem hoje para Chicago os componentes da grande excursão turística cultural

RIO, 16 (Da nossa especial) — Três mil americanos, entre eles o grande empresário turístico cultural organizado pelo Sr. Armandinho de Salles Oliveira, ministro da Agricultura, partirão hoje para Chicago, onde se realizará a Exposição Nacional de Chicago. A excursão será organizada pelo Sr. Armandinho de Salles Oliveira, ministro da Agricultura, e terá como objetivo promover a cultura brasileira e estabelecer relações comerciais com os americanos.

Suspensão dos pagamentos ouro no Brasil

RIO, 16 (Da nossa especial) — Pelo telephono — A imprensa noticia que se acha votando a ideia de suspender o governo todos os pagamentos ouro no Brasil, como já se vem praticando em outros países.

O ARRANJAMENTO DO LLOYD BRASILEIRO

RIO, 16 (Da nossa especial) — Sobre o assunto de arranjo do Lloyd Brasileiro, o Sr. João de Deus, ministro da Fazenda, procurou obter informações, fez as seguintes declarações:

O dia de hontem do Sr. Flores da Cunha no Rio

RIO, 16 (Da nossa especial) — O Sr. Flores da Cunha, ministro da Justiça, chegou ao Rio de Janeiro em 15 de agosto, onde se reuniu com o Sr. João de Deus, ministro da Fazenda, para discutir o assunto da nomeação de Armandinho de Salles Oliveira para interventor em São Paulo.

O novo interventor não residirá no Campos Eliseos

RIO, 16 (Da nossa especial) — Segundo informações colhidas em São Paulo, o Sr. Armandinho de Salles Oliveira, nomeado interventor em São Paulo, não residirá no Campos Eliseos, como se especulava, mas sim em sua residência particular em São Paulo.

A convocação da Constituinte

DECLARAÇÕES DO MINISTRO DA JUSTIÇA SOBRE A SITUAÇÃO DE MATTO GROSSO, APÓS A ANULAÇÃO DAS ELEIÇÕES ALI REALIZADAS

RIO, 16 (Da nossa especial) — Pelo telephono — O ministro da Justiça, Sr. Armandinho de Salles Oliveira, declarou hoje que a convocação da Constituinte para o Estado de Mato Grosso não será feita, pois as eleições ali realizadas foram anuladas. O ministro da Justiça explicou que a anulação das eleições foi feita por meio de um decreto assinado pelo Sr. João de Deus, ministro da Fazenda, e publicado no Diário Oficial de São Paulo, em 15 de agosto.

AMANHÃ, NA "FOLHA DA MANHÃ" O TORMENTO DA CREAÇÃO

Artigo de GALEXO COUTINHO

FIGURA 13 Fonte: <http://acervo.folha.com.br> Folha da Manhã/Folhapress Nomeação do Interventor Armandinho de Salles Oliveira. Acervo/Folha de São Paulo digital. Autorização de uso solicitada e aceito no dia 08/02/2013.

Foi o sétimo interventor de São Paulo e o primeiro interventor de São Paulo e o primeiro interventor constitucional do Brasil.

O interventor Armando de Salles Oliveira era considerado um homem culto, defensor da educação como “motor” do desenvolvimento social. Mostrou-se, ao longo de seu mandato, ser um incentivador do desenvolvimento nos diferentes graus de ensino em São Paulo.

Schwartzman, (2000 *apud* Bittencourt, 1990, p. 39), afirma que São Paulo, no governo de Armando de Salles Oliveira, era um espaço privilegiado para a disseminação do ensino secundário. Observa que o projeto político-educacional do interventor encaminhado ao Diretor Geral de Instrução Pública continha, como princípio, a criação de novos ginásios oficiais no Estado de São Paulo para atender a crescente demanda.

Apesar do aparente entusiasmo no que se referia ao ensino secundário, em São Paulo, o ingresso nesse grau de ensino não era assim tão fácil, visto que, *além da prova de admissão ao ginásio, sua adesão não era gratuita, como já mencionado*, o que dificultava, ainda mais, o acesso. Havia taxas a serem pagas pelos alunos.

De acordo com Bittencourt (1989), em seu livro *Pátria, civilização e trabalho*: consta no anuário do Estado de São Paulo, 1936-1937, (p.463), que as despesas com a manutenção dos ginásios estaduais eram cobertas com as taxas escolares pagas pelos alunos. Assim como constam do decreto nº 5.884, de 21 de abril de 1933, do Código de Educação do Estado de São Paulo, referências ao recibo de pagamento ao ginásio do Estado, no ato da matrícula:

TÍTULO II

Dos ginásios do Estado

CAPÍTULO VII

Da matrícula e transferência

Art. 576. - Os candidatos á matricula no 1.º ano dos ginásios prestarão exame de admissão de 10 a 20 de fevereiro.

§ 1.º - A inscrição para exame será feita de 1.º a 8 de fevereiro, mediante requerimento ao diretor, firmando pelo candidato ou seu representante legal.

§ 2.º - Constarão do requerimento a idade, filiação, naturalidade e residência do candidato.

§ 3.º - O requerimento virá acompanhado de atestado de vacinação antivariólica recente, e do recibo de pagamento da taxa de inscrição.

§ Único. - O requerimento de matrícula virá instruído com os seguintes documentos:

1 - certificado de ter sido habilitado no exame de admissão para a matrícula no 1.º ano, ou certificado de habilitação nas matérias da série anterior, para a matrícula nos demais anos;

2 - atestado de sanidade;

3 - recibo de pagamento da taxa de matrícula. (SÃO PAULO, 1933, p. 103)

As taxas eram cobradas e repassadas à escola, para atender os gastos internos do estabelecimento; elas eram cobradas em todos os estabelecimentos estaduais de ensino. O próprio Código de Educação, na Parte X, cita o fundo escolar:

Do Fundo Escolar
TÍTULO ÚNICO
Da sua constituição e aplicação

Art. 934 - O Conselho de Administração do Fundo Escolar elabora o regulamento de suas atribuições, que entrará em vigor depois de aprovado por decreto do Governo do Estado.

Art. 935 - Constituem receita do Fundo Escolar:

a) as taxas de matrícula em todos os estabelecimentos estaduais de ensino, oficiais e equiparados [...]. (SÃO PAULO, 1933, p. 165-166)

Dessa forma, o Estado passava parte da responsabilidade econômica para a instituição de ensino. Isso não significava que o Estado deixa de ajudar, financeiramente, ou mesmo, abria mão do controle escolar, havia uma preocupação em dar suporte ao ensino secundário, por ser nesse nível de ensino que se concentravam as ações do poder público nas áreas urbanas, demonstrando a intenção de aumentar a força de trabalho em São Paulo, mas por falta de capital, forçava a colaboração financeira da sociedade.

Mesmo com algumas mudanças no Código de Educação, feitas por Francisco Azzi, a taxa escolar não foi ponto de alteração.

Francisco Azzi deixa a Direção da Instrução Pública do Estado. O interventor Armando de Salles Oliveira convida o Professor Luiz Motta Mercier para assumir o posto, o qual aceitou; faz, também, modificações no Código de Educação.

A administração de Mercier foi marcada pela introdução de determinações, que contrariavam o Código de 1933, por razões justificáveis algumas, e outras por discordâncias de ordem política e educacional. Em todo caso, verificando-se a relação de decretos expedidos durante a sua administração, bem como durante a de

Francisco Azzi, subordinadas a Armando de Salles Oliveira, destaca-se a criação de 19 ginásios. (GANDINI, 2005, p. 112).

Luiz Motta Mercier fica no cargo durante um ano, de 15 de setembro de 1933 até 25 de setembro de 1934; faz algumas modificações no Código de Educação, mas não foi encontrada nenhuma na pesquisa, referente ao ensino secundário.

Em meio a esses acontecimentos, a figura de Armando de Salles Oliveira se fortalecia, líder nato, bom de oratória, administrador digno de elogios, mão forte do Estado de São Paulo, reconhecido como um visionário. Para o governo de Getúlio Vargas, um aliado que deveria ser preservado, pois, além de governar o Estado mais rico da década de 1930, liderava um grupo com grande poder político no país.

Visionário, Armando de Salles Oliveira “apostava” no ensino secundário, no ensino Industrial (hoje conhecido como ensino técnico) e no ensino superior, tanto que, em 1934, inaugurou a Universidade de São Paulo (USP), mas sabia que sem um bom ensino secundário não haveria bons universitários.

Para isso, era preciso investir, criar mais ginásios no Estado de São Paulo. O então interventor assina o decreto de nº 6.601, no dia 11 de agosto de 1934, instituindo novos ginásios oficiais no Estado de São Paulo:

O Doutor Armando De Salles Oliveira, Interventor Federal no Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe confere o Decreto Federal n. 19.398, de 11 de novembro de 1930, e considerando a necessidade de difundir o ensino secundário no interior do Estado, Decreta:

Artigo 1º - Ficam instituídos Ginásios oficiais em Santos, Franca, Tietê, Bauru e Jaboticabal.

Parágrafo único - Deverão as Prefeituras Municipais das cidades referidas neste artigo fazer ao Governo do Estado doação dos prédios, das instalações e do material didático, em acordo com o Decreto Federal n. 21.241, de 4 de abril de 1932, artigo 2.º, alínea 1, § 1.º, e custear todas as despesas dos Ginásios, inclusive vencimentos do pessoal, durante o ano de 1935.

Artigo 2.º - O Governo nomeará o pessoal docente e administrativo dos Ginásios ora criados.

§ 1.º - As nomeações do pessoal docente serão em caráter interino, até provimento por concurso, que se realizará, progressivamente, nesta Capital, na forma do que for estabelecido por ato do Secretário da Educação e da Saúde Pública.

§ 2.º - As nomeações do pessoal administrativo serão feitas em caráter interino, ou em comissão, até que o provimento definitivo dos cargos respectivos seja regulado na forma da Constituição Federal. (DOESP, 1934, s/p).

Apesar da abertura de novos ginásios oficiais, os encargos ainda permaneciam nas mãos dos municípios, e os cargos do colegiado continuavam sendo por indicações e não por concursos, como determinava o Código de Educação. O artigo 2 § 2, do decreto nº 6.601, dava a entender que a futura constituição traria uma solução legal para esse fato.

Nesse mesmo decreto, havia uma promessa futura, no artigo 3 § 4.º: Correrão por conta do Estado, a partir de 1936, todas as despesas dos ginásios, inclusive vencimentos de professores e funcionários.

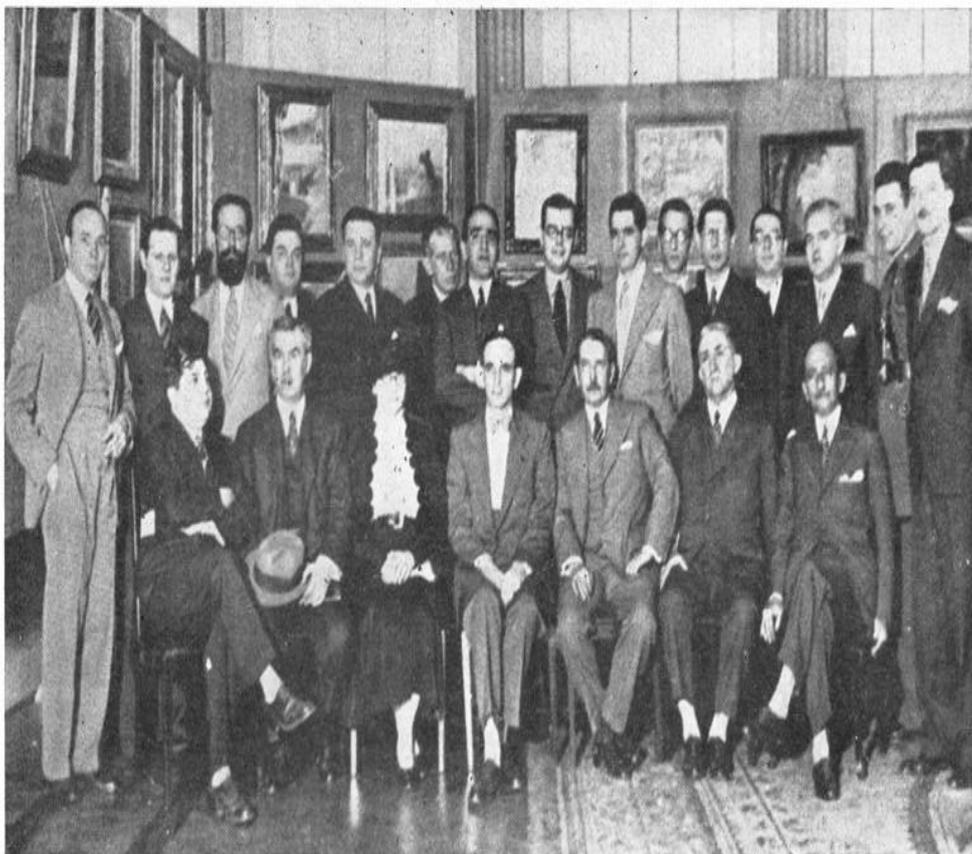
A primeira promessa constou na Carta Magna de 16/07/1934, no Capítulo II *Da Educação e da Cultura*, no artigo 158:

Art. 158 - É vedada a dispensa do concurso de títulos e provas no provimento dos cargos do magistério oficial, bem como, em qualquer curso, a de provas escolares de habilitação, determinadas em lei ou regulamento. (Brasil, 1934, p. 41)

A segunda promessa, contudo, não é citada e só deveria ser cumprida em 1936.

No âmbito da política paulista, Armando de Salles Oliveira era agraciado com o respeito de amigos e inimigos políticos, circulava entre os partidos com certa tranquilidade, o que lhe assegurou contatos para formar um novo partido político em São Paulo:

Por iniciativa de Armando de Salles Oliveira, em 1934, foi criado o Partido Constitucionalista. O Partido Democrático incorporou-se à nova agremiação e foi extinto em fevereiro, após oito anos de existência, formando assim, a Frente única. Durante o governo de Armando de Salles Oliveira, as lideranças políticas procuraram se reorganizar. O governador de Armando de Salles Oliveira teve papel decisivo nesse processo, reconstruindo o aparelho administrativo paulista, totalmente desorganizado após vários anos de instabilidade política. Sua principal obra, no campo cultural, foi a criação da Universidade de São Paulo, que em pouco tempo se tornaria um grande centro de formação da nova elite político-intelectual, destinada a influir no futuro do Estado e do país. (LOVISON, 2010, p.61)



BANCADA DA CHAPA ÚNICA

Sentados (da esquerda para a direita): Francisco Alves dos Santos Jr. (Secretário da Fazenda), Deputado Barros Penteado, Deputada Carlota Pereira de Queiroz, Interventor Armando de Salles Oliveira, Deputado Alcântara Machado, Deputado Cincinato Braga, Deputado Oscar Rodrigues Alves. De pé: Dr. Henrique Lefèvre, Deputado Horácio Lafer, Deputado Moraes Andrade, Deputado Alexandre Siciliano Jr., Deputado Hipólito do Rêgo, Dr. Vivaldo Coaracy, Deputado A. C. Pacheco e Silva, Dr. Antonio de Alcântara Machado, Deputado Antonio Carlos de Abreu Sodré, Dr. Helio Silva, Deputado Ranulfo Pinheiro Lima, Carlos Mendonça, Deputado Abelardo Vergueiro Cesar, Cel. José da Silva, Deputado José de Almeida Camargo.

Figura 14 Fonte: www.armandomoraesdelmanto.com.br Foto oficial da Bancada da Chapa Única. Acesso em 18/01/2013.

Nas eleições de outubro de 1934, houve novas eleições legislativas e, naquele primeiro momento, o grupo ligado a Armando de Salles Oliveira e à nova ordem política levou a melhor. A Chapa Única do Partido Constitucionalista elegeu 22 deputados para os trabalhos ordinários da Câmara federal.

Pelas leituras embasadas em Fausto (1995), Bonavides (2000) e Souza (2007), é possível perceber que tudo girava em torno de interesses políticos, uma vez que o presidente Getúlio Vargas precisava de apoio político para ficar no poder; a luta por uma nova Constituição era cada vez mais presente no cotidiano do país, principalmente, no Estado de São Paulo. O presidente Getúlio Vargas, sabendo da força político-econômica do Estado de São Paulo, indica representantes para o debate sobre a Constituinte, temendo que líderes paulistas assumissem a frente na elaboração da nova Constituição:

O Governo Provisório tratou de tomar iniciativas para poder conduzir os trabalhos da Assembleia segundo os seus interesses. Criou uma Comissão Constitucional que elaborou um anteprojeto de Constituição, o qual foi entregue aos constituintes para ser discutido e emendado. Coube também ao governo a elaboração do Regimento Interno da Constituinte, ou seja, do conjunto de regras que iria reger o funcionamento da Assembleia. Com essas medidas, o governo procurava intervir tanto no conteúdo dos debates como no seu encaminhamento. (CPDOC, 2001, p.56)

Em São Paulo, é criada a Assembleia Nacional Constituinte, no dia 15 de novembro de 1933, como consequência da Revolução Constitucionalista. Os principais assuntos debatidos foram: o voto secreto, o direito ao voto feminino, as leis trabalhistas e o ensino obrigatório.

Em todos os Estados brasileiros, os grupos de políticos e intelectuais se reuniam para debater os principais assuntos citados, com o intuito de construir a Carta Magna. Para sua elaboração, são designados vinte três representantes, um de cada Estado, somado a um representante do Distrito Federal e a dois representantes de classe, um representando os empregadores e um representando os empregados.

4.3 A Constituição de 1934 e o ato do novo governador e antigo Interventor de São Paulo

A terceira Constituição Brasileira, segunda Constituição da República, é assinada. A nova Constituição Federal afiançava que a educação passava a ser

vista como “um direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos poderes públicos”.

A derrota militar dos revoltosos em nada obsteu, porém o triunfo da causa, logo concretizada e consagrada com o ato convocatório da Constituinte de 1933. Daí resultou logo depois a promulgação da Carta de 1934. Fechado o interregno ditatório de quatro anos, a Constituição de 1934 inaugurou a Segunda República. (BONAVIDES, 2000, p. 58)

O país parecia caminhar para uma democracia, uma segunda República, garantindo a obrigatoriedade do voto secreto, do voto feminino, dos direitos trabalhistas, como o salário mínimo, férias, descanso semanal e os direitos a educação, o ensino secundário, porém, não era um ponto claro na Carta Magna.

Apenas parte do ideário dos defensores da Escola Nova foi incorporada na Constituição de 1934, assinada e promulgada no dia 16 de julho desse ano.

Consta, no documento do *Manifesto dos Pioneiros*, a menção à expansão do ensino secundário, a obrigatória, o ensino laico, público e gratuito em todos os graus de ensino até os 18 anos de idade. Porém, nem todos os pontos apontados pelos intelectuais defensores da proposta escolanovista foram acatados.

O capítulo II da Constituição possuía 11 artigos, com 4 incisos e 3 parágrafos únicos, todos abordando as questões relacionadas à educação. Esse capítulo recebeu o título: *Da Educação e da Cultura*, demonstrando que esses dois fatores se entrelaçavam.

Art. 148 - Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual. (BRASIL, 1934, p. 40)

Destarte, a educação deveria estar atrelada à cultura e vice-versa, uma vez que esta é a preservação da memória de um povo, ponto fundamental para o desenvolvimento de uma nação. E através do ensino, ela (a cultura) poderia ser divulgada e respeitada.

No artigo seguinte, o governo chama a responsabilidade da educação para si. A competência de fixar responsabilidade pela a educação nacional passou a ser

exercida pelo governo federal, princípio que se manteve presente em todos os textos nas demais Constituições e que se apresentou, pela primeira vez, no artigo 150 da Constituição de 1934:

Art. 150 - Compete à União:

- a) fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País;
- b) determinar as condições de reconhecimento oficial dos estabelecimentos de ensino secundário e complementar deste e dos institutos de ensino superior, exercendo sobre eles a necessária fiscalização;
- c) organizar e manter, nos Territórios, sistemas educativos apropriados aos mesmos;
- d) manter no Distrito Federal ensino secundário e complementar deste, superior e universitário; (BRASIL, 1934, p. 40).

O texto evidenciava a responsabilidade do Governo Federal sobre as regras de ensino, das condições financeiras, físicas e acadêmicas no estabelecimento de ensino. Indicava a necessidade de fiscalizar o cumprimento da lei para que a educação secundária fosse aplicada em nível nacional, com um currículo básico, respeitando as diferenças regionais. Dessa forma, o governo poderia, teoricamente, afiançar um bom desempenho nos ginásios e determinar seu funcionamento.

Outro ponto abordado foi sobre o ensino laico, que não vingou, como queriam os defensores da Escola Nova. O artigo 153 garantiu à Igreja circular nos meios acadêmicos:

Art. 153 - O ensino religioso será de frequência facultativa e ministrada de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais. (BRASIL, 1934, p.41).

O ensino religioso passa a ser facultativo. A Igreja se vê vitoriosa por continuar ministrando sua doutrina religiosa nos diferentes graus de ensino. As aulas deveriam ser ministradas em horário de aula, respeitando a religião do aluno.

No parágrafo único do artigo 150, nas letras a, b e c, era assegurada a gratuidade de ensino, assim como a frequência obrigatória e a liberdade de ensino, desde que fosse respeitado o currículo mínimo da União e do Estado:

- a) ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória, extensivo aos adultos;
- b) tendência à gratuidade do ensino educativo ulterior ao primário, a fim de torná-lo mais acessível;
- c) liberdade de ensino em todos os graus e ramos, observadas as prescrições da legislação federal e da estadual; (Brasil, 1934, p. 40)

Enquanto que para o ensino primário a gratuidade se torna lei, para o ensino secundário, era uma sugestão, o que não assegurava o ensino gratuito.

No Estado de São Paulo, porém, o então Governador Armando de Salles Oliveira tenta assegurar que essa sugestão se concretize.

O interventor é indicado governador quase três meses após a Constituição ser promulgada.

Em outubro de 1934, Armando de Salles Oliveira comandou a vitória de seu partido nas eleições para a Assembleia Constituinte estadual, cujos membros o elegeram governador constitucional em abril do ano seguinte. (LOVISON, 2010, p.61)

O governador Armando de Salles Oliveira tem seu governo aprovado, é escolhido, indiretamente, para continuar no cargo que já ocupava, mas, agora, de maneira um pouco mais democrática. Armando de Salles Oliveira trabalha pelas mudanças no Estado.

Como já citado, criou vários ginásios de ensino no Estado de São Paulo, mantendo os decretos de manutenção por parte dos municípios e verbas estaduais; conseguiu fazer com que a educação pública fosse gratuita para o ensino secundário. Entre os ginásios oficiais no Estado de São Paulo existentes até 1934, estão: o de São Paulo, Campinas, Ribeirão Preto, Araraquara, Catanduva, Tatuí, Itu, Araras, Taubaté, Jaboticabal, Santos, Rio Claro, Guaratinguetá, São José do Rio Pardo, Franca, Bauru, Sorocaba, Faxina e Avaré.

Enquanto a parte física da educação era criada, a parte legal estava prestes a sofrer novas modificações.

É nomeado, em julho de 1934, no mesmo ano da promulgação da Constituição, Gustavo Capanema, substituindo o Dr. Washington Ferreira Pires, no

Ministério da Saúde e Educação Pública, permanecendo durante 11 anos no cargo, até outubro de 1945, promovendo uma nova reforma educacional.

A Constituição de 1934 teve uma vida curta: promulgada em 16 de julho de 1934, foi abolida pela carta outorgada pelo Estado Novo, em 1937.

Entre avanços e retrocessos, São Paulo continuou progredindo com o ensino secundário. Durante o governo de Armando de Salles Oliveira, foram criados nove ginásios no interior paulista; cinco ginásios oficializados no dia 16 de fevereiro de 1934 (Araraquara, Itu, Taubaté, Catanduva e Araras) e mais quatro no dia 12 de agosto de 1934 (Franca, Tietê, Bauru e Jaboticabal), conseguindo, assim, atingir o objetivo de expandir o ensino secundário no Estado de São Paulo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da política educacional do período de 1930 a 1934 nos levou a estabelecer uma relação da educação nacional com a educação regional de São Paulo para tentar compreendermos o desenvolvimento que ocorria no ensino secundário no início da década de 1930.

Os fatos históricos foram relatados, de maneira breve, para se alicerçar o conhecimento do que se passava nesse período na sociedade brasileira, para se compreender que as mudanças educacionais secundárias em São Paulo foram essenciais para o Estado.

Entre revoluções, o Governo Provisório de Getúlio Vargas, mudanças constantes de interventores de Diretores Gerais de Instrução Pública e Ministros da Educação e Saúde Pública, o Estado de São Paulo ganhou destaque; parecia ser mesmo a “locomotiva do país”, com o apoio financeiro dos Barões do Café.

No campo da educação, especificamente, do ensino secundário, os Decretos da Reforma do então ministro Francisco Campos, sobressaem, assim como os intelectuais da época; Lourenço Filho, Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, entre outros intelectuais, defensores da escola nova, lutaram por modificações no ensino brasileiro. Conceitos fundamentados nos ideários de Dewey e Durkheim eram a base das ideias desses defensores da Escola Nova.

Na IV Conferência de Educação, Francisco Campos solicitou aos intelectuais que, em documento, fizessem reivindicações que julgassem necessárias para que houvesse mudanças educacionais do país. Em 1932, é publicado o Manifesto dos Pioneiros, do qual constavam as principais reivindicações de seus signatários: o ensino público, gratuito, laico, e de coeducação.

Os debates foram muitos. Os defensores do ensino tradicional, na maioria, pertencentes à Igreja católica, eram contrários ao ensino da Escola Nova, defendendo, principalmente, que o ensino religioso fosse obrigatório em todos os graus de ensino, fato que acabou ocorrendo com apoio do ministro Francisco Campos, e que, posteriormente, integrou a Constituição de 1934, como ensino facultativo.

Os decretos do Ministro Francisco Campos estabeleceram meios para um ensino secundário que contribuiu para formar as elites dirigentes que almejavam os cursos superiores. Tratava-se de um currículo vasto para uma época em que a maioria da população era analfabeta e vivia nas áreas rurais, e a população das áreas urbanas mal terminava o ensino primário.

O processo seletivo para ingressar no ginásio era rígido; era necessário fazer uma prova, a chamada admissão ao ginásio. Uma vez dentro do ginásio, o aluno passava por diversas avaliações, a frequência era obrigatória; havia regras que tratavam desde o uso obrigatório dos uniformes, da aquisição de materiais escolares até a postura quase militar.

Além da falta de ginásios, as taxas de matrícula e o uso obrigatório do calçado criavam dificuldades para que os alunos provenientes das classes menos abastadas pudesse frequentar o ensino secundário.

Em São Paulo, em 1933, o então Diretor de Instrução Pública do Estado, Fernando de Azevedo, redige o Código de Educação, tentando dar organização e expansão ao ensino.

São Paulo se destacava dos demais Estados, já que possuía um pouco mais de estrutura e capital para investir no setor da educação. Os decretos federais eram seguidos por São Paulo que objetivava se destacar como um Estado forte, que estava aberto ao desenvolvimento do país.

Os dispositivos do Código de Educação tentavam assegurar melhorias ao ensino secundário, afiançado pelo interventor de São Paulo. A qualidade do ensino deveria ser o principal foco das mudanças, desde a chegada do educando à escola, até a sua preparação para o ensino superior.

A criação de ginásios públicos fez parte da política educacional de boa parte dos interventores que governaram o Estado de São Paulo, na Era Vargas. Destacou-se, porém, nessa tarefa, Armando de Salles Oliveira, em 1933, um dos maiores incentivadores da criação de novos ginásios, a fim de atender às demandas do ensino secundário por todo o Estado de São Paulo.

O ensino secundário teve suas regras definidas. Municípios são convocados a fazer sua parte, cedendo prédios para o Estado instalar novos ginásios.

Os municípios que quisessem fazer parte do desenvolvimento do Estado deveriam colaborar.

Para os municípios, essa integração era interessante porque, além de trazer prestígio à cidade, atraía novos trabalhadores, o que resultava em maior progresso e maior número de consumidores na cidade.

Os ginásios passavam por inspeções constantes; para isso, havia o Inspetor de ensino que fazia visitas periódicas às escolas, para, só então, receberem equiparação ao Ginásio D. Pedro II, do Rio de Janeiro, capital do país, que, na época, era o ginásio-modelo a ser seguido.

A procura pelo ingresso ao ginásio era grande, o que demonstrava esperança de uma vida melhor: através dos estudos, a criança teria mais chance de ingressar no ensino superior e conseguir um emprego mais qualificado.

O fato é que a cidade crescia, e os ginásios se multiplicavam no Estado de São Paulo. Boa parte, porém, dos ginásios não se constituía de prédios especialmente construídos para fins escolares.

Em 1932, só havia um ginásio oficial em São Paulo, o Primeiro Ginásio da Capital; depois, mais dois foram oficializados no interior de São Paulo, o Ginásio de Campinas e o Ginásio de Ribeirão Preto. Outros nove ginásios foram criados no governo de Armando de Salles Oliveira.

Após a Revolução Constitucional em São Paulo, luta sangrenta, na qual os paulistas reivindicavam a elaboração de uma Constituição e o fim do Governo Provisório, e a realização de eleições. Resultado da Revolução: vitória de Getúlio Vargas; mas, ideologicamente, a vitória foi dos paulistas. Getúlio nomeia, em 1933, como interventor, o primeiro civil, o paulista Armando de Salles Oliveira. Essa nomeação se deu por ter Getúlio interesses políticos no apaziguamento com os paulistas, com a finalidade de obter deles apoio político para sua reeleição para o cargo de presidente do país; o que de fato ocorreu, assim como a aprovação de Armando de Salles Oliveira para governador do Estado de São Paulo.

Armando de Salles Oliveira era visto como um administrador visionário por aqueles que o apoiavam e, certamente, contribuiu para a expansão do ensino secundário em São Paulo.

A favor de mudanças na educação de São Paulo, apoiou muitas das alterações sugeridas pelos diferentes Diretores de Ensino que passaram por seu governo.

Houve, por certo, retrocessos, mas muitos avanços também ocorreram; como, por exemplo, já citados, os novos ginásios de ensino, criados pelo então governador do Estado de São Paulo, Armando de Salles Oliveira, o *Código de Educação* e a Constituição Federal, promulgada em 1934, que, em seu texto materializaram parte das ideias da Escola Nova, pois propunha uma reconstrução educacional e estabelecia como princípio primordial, uma escola de caráter público e gratuito, e que, enquanto instrumento social, deveria ser subsidiada e mantida pelo Estado e que permanece em nossa Carta Magna Brasileira atual.

Entretanto, vale ressaltar que apesar de terem sido abertos alguns Ginásios oficiais a partir da década de 1930, e atingido com isso o objetivo de expansão do ensino secundário em São Paulo, a demanda por vagas ainda era muito superior à oferta. Muitos adolescentes ainda ficaram fora da escola pela ausência de vagas, sendo a maioria desses indivíduos provenientes das camadas menos favorecidas economicamente. O que reforça que o ensino no período analisado, era elitista. Embora a escola não fosse mais exclusividade da elite oligárquica, o conteúdo do ensino secundário não atendia as demais classes sociais.

REFERÊNCIAS

AFFONSO, Cleide Maria de Luca e PINTO, Maria Nívea. *Culto à Ciência. Cento e treze anos a serviço da cultura*. Campinas: Gráfica Tecla Tipo Ltda., 1986.

ALVAREZ, T. G.. *A Matemática da reforma Francisco Campos em ação no cotidiano escolar*. São Paulo, 2004. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática – Pontifícia Universidade Católica do São Paulo.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação e da pedagogia – Geral e Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2006.

AZEVEDO, Fernando de. *A educação entre dois mundos*. São Paulo: Melhoramentos, 1956.

_____. et. al. (1932). *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*. A Reconstrução Educacional no Brasil - ao Povo e ao Governo. Disponível em <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb2007a.htm>. Acesso em 19/07/2011. (Original publicado em 1932).

BEOZZO, José Oscar. *A Igreja e a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização*. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano. Tomo III. 4º vol. Economia e Cultura (1930 - 1964)*. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1986.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Pátria, civilização e Trabalho. O ensino de História nas escolas paulistas (1917-1939)*. São Paulo: Loyola, 1989.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: UnB, 13ª ed. 2010, Volumes 2.

BONAVIDES, Paulo. *A evolução constitucional do Brasil*. São Paulo: USP. Estudos avançados, vol. 14, n. 40, 2000. Disponível em <http://biblio.juridicas.unam.mx/libros/4/1510/9.pdf>. Acesso em 26/01/2013.

BRANDÃO, Zaia. *A Intelligentsia educacional – Um percurso com Paschoal Lemme por entre as memórias e as histórias da Escola Nova no Brasil*. Bragança Paulista/SP: IFAN-CDAPH, Editora da Universidade São Francisco, 1999.

BRASIL. Constituição (1934) *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7%C3%A3o34.htm. Acesso em 24 out.2006.

BRASIL. Decreto nº 19.890 – de 18 de abril de 1931. *Dispõe sobre a organização do ensino secundário*. O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral>. Acesso em: 04/04/2012.

_____. Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. *Decreto nº 19.941 de 30 de abril de 1931*. Rio de Janeiro. Dispõe sobre a instrução religiosa nos cursos primário, secundário e normal. *Dispõe sobre a instrução religiosa nos cursos primário, secundário e normal* <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral>. Acesso em: 04/04/2012.

_____. Decreto n. 19.850 de 11 de abril de 1931. *Cria o Conselho Nacional de Educação. Dispõe sobre a instrução religiosa nos cursos primário, secundário e normal. Dispõe sobre a instrução religiosa nos cursos primário, secundário e normal* <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral>. Acesso em: 04/04/2012.

BRASIL. *Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do Ensino Secundário. Coletânea de Legislação Federal*. Disponível em: www.senado.gov.br/sicon. Acesso em: 05/04/2012.

CAMPOS, Francisco. *Diretrizes do Estado nacional*. In: _____. *O Estado nacional: sua estrutura; seu conteúdo ideológico*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940, p. 40-70. www.ebooksbrasil.org/eLibris/chicocampos.html - acesso em 29/10/2011.

_____. *Reforma do Ensino Secundário*. In: *Educação e cultura*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1941.

CANTARINO FILHO, M.R. *Educação física no Estado novo: história e doutrina*. Brasília: Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 1982. Apud. CORRÊA, Denise A. *Ensinar e aprender educação física na 'Era Vargas': lembranças de velhos tempos de professores*. In: VI EDUCERE – Congresso Nacional de Educação – PUCPR – PRAXIS, 2006, Curitiba

CORRÊA E. J; GUSMÃO S.N.S. *85 Anos da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Coopmed Editora Médica, 1997.

CPDOC – FGV. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <http://www.fgv.cpdoc.com.br> – consulta 23/05/2012. Não constam os nomes dos autores destes artigos no sítio da Fundação Getúlio Vargas – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC.

CPDOC – FGV, *Armando Sales de Oliveira – A era Vargas*. Disponível em: <http://www.fgv.cpdoc.com.br> – consulta 25/05/2012. Não constam os nomes dos autores destes artigos no sítio da Fundação Getúlio Vargas – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC.

CUNHA, Célio da. *Educação e Autoritarismo no Estado Novo*. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1981.

CUNHA, Nóbrega da. *A Revolução e a Educação*. Brasília: Plano Editora, 2003.

DE PAULA, Jesiel. *1932: Imagens construindo a história. Campinas?* Piracicaba: UNICAMP/UNIMEP, 1998. Coleção Tempo & Memória; v. 7.

DOESP – *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. Disponível em: <http://www.imprensaoficial.com.br/Portal> - Acessado em diversas datas.

DUSSEL, Inês. *Quando las apariencias no engañan: una historia comparada de los uniformes escolares em Argentina y Estados Unidos (siglos XIX-XX)*. Pro-Posições, Campinas, Unicamp, v.16, n.1 (46), p.65-86, jan/abr. 2005.

ESCOLANO, Agustin. *Arquitetura como programa. Espaço escola e currículo*. In: ESCOLANO, A. e VIÑAO Frago, A. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1998.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

_____. *História do Brasil*. São Paulo: USP, 1995.

FIGUEIRA, Fani Goldfarb. PUERIS, Erasmo de. *Intermeio - Revista do Mestrado em Educação*. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, encarte especial, n. 3, 2007, p. 1-60. 13/12/2012.

FURTADO, Alessandra Cristina. *Por uma história das práticas de formação docente: um estudo comparado entre duas Escolas Normais de Ribeirão Preto – SP (1944-1964)*. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2007.

GANDINI, Raquel Pereira Chainho; RISCAL, Sandra Aparecida. *A Gestão da Educação Como Setor Público Não-Estatal e a Transição Para o Estado Fiscal no Brasil*. In: OLIVEIRA, Andrade Dalila; ROSAR, Maria de Fátima Félix (Orgs.). *Política e Gestão da Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. Acesso em 12/06/2012.

GANDINI, Raquel. *Almeida Júnior.*/ Almeida Júnior, Antonio Ferreira de, 1892-1971. 2ª ed., Brasília: MEC/Inep, 2001. Coleção educadores. Disponível em: www.inep.gov.br/download/cibec/2001. Acesso em: 02/04/ 2012.

_____. *Passagens da trajetória de Antonio Ferreira de Almeida Junior na educação Paulista*. Tese de livre-docência. Universidade Estadual de Campinas. 2005.

IANNI, O. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996.

IEB/AFA www.usp.br/niephe/publicacoes/docs.arquivofernandodeazevedo/afa,ieb 2000 Acesso em: 25/07/2012.

LAMEGO, Valéria. *A Farpa na lira: Cecília Meireles na revolução de 30*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

LONZA, Furio. *História do uniforme escolar no Brasil*. Brasília: Ministério da Cultura, 2005.

LOVISON, Orivaldo Aparecido. *Política educacional paulista de 1937 a 1945*. Tese de doutorado, 2010. <https://www.unimep.br/phpg/bibdig>. Acesso em 12/05/2012.

MALIN, Mauro. Francisco Campos In: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós_1930*. FGVCPDOC.Site:www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos20/ev_quesocial_refedu.htm - 2007. Acesso em: 16/04/2012.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História da Escola em São Paulo e no Brasil*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado / Instituto Fernand Braudel, 2005

MEIRELES, Cecília. Crônicas de Educação. In: *Obra em prosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Fundação Biblioteca Nacional, 2001. Volume 1

MEIRELLES, Domingos. *As noites das grandes fogueiras - uma história da coluna Prestes*. 12^o ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

MONARCHA, Carlos. *Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

MONARCHA, Carlos; LOURENÇO FILHO, R.(org.) *Tendências da educação brasileira /Manoel Bergström Lourenço Filho*. 2. ed, Brasília: MEC/Inep, 2007. Disponível em: www.inep.gov.br/download/cibec/2001/colecao_lourenco_filho. Acesso em: 28 de abril de 2012.

_____. *Lourenço Filho*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Brasília: MEC/Inep Massangana, 2010. Coleção Educadores, MEC.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. *Educação e política nos anos 30: a presença de Francisco Campos*. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 73, n. 174, p. 291-321, maio/ago. 1992. Acesso em 3/04/2012.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na primeira República*. São Paulo: EPU: EDUSP, 1974.

NAVARRO, Nayara Stival Navarro. SOUZA, Rosa Fátima de. ARTIGO - *Os livros de matrículas escolar como fonte de pesquisa: caracterização dos alunos do primeiro ginásio estadual de Araraquara (1932-1956)*. UNESP: Campus Araraquara – Faculdade de Ciências e Letras – Pedagogia, 2012.

NUNES, Maria Thetis. *Ensino secundário e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1962.

PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil republicano; v.2), p.13-37. Acesso em 28/04/ 2012.

PILETTI, Nelson. *História da Educação no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Ática, 1997.

PRATA, Mário. *O mata borão*. O Estado de São Paulo, 02/01/2002 <http://marioprata.net/cronicas/o-mata-borrao/> Acesso 12/09/2012.

REIS FILHO, Casemiro. *Índice básico da legislação do Ensino Paulista, 1890-1945*. São José do Rio Preto, FFCLESJRP, 1964/ 2ª ed.: Campinas/Marília, FE-Unicamp/FFC-Unesp, 1998.

ROCHA, José Lourenço da. *A matemática do ensino secundário na reforma Francisco Campos*. Rio de Janeiro, 2000. Dissertação de Mestrado de Matemática – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

ROMANELLI, Otaíza. *História da Educação no Brasil (1930-1973)*. Petrópolis: Vozes, 1988.

SANTOS, Akiko. *Pedagogia ou método de projetos?* Referências transdisciplinares. Artigo apresentado no Segundo Congresso Mundial de Transdisciplinaridade. Vitória/Vila Velha, ES, 2005.

SÃO PAULO (Estado). Directoria Geral da Instrução Pública. *Anuario do Ensino do Estado de São Paulo*. São Paulo: Typ. Augusto Siqueira & C., 1937. Anuário de estatística do Estado de São Paulo. www.al.sp.gov.br/. Acesso em várias datas.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação e da Saúde Pública. *Decreto nº 5.209, 26 de setembro de 1931*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1933. www.al.sp.gov.br/1931/decreto. Acesso em: 10/02/2012.

_____. Secretaria da Educação e da Saúde Pública. *Código de Educação do Estado de São Paulo. Decreto nº 5.884, de 21 de abril de 1933*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1933. www.al.sp.gov.br/1933/decreto. Acesso em: 10/02/2012.

_____. *Anuários de Ensino foram publicados pela Inspeção/Diretoria Geral da Instrução Pública, no período de 1908 a 1937*. Foram analisados os Anuários do Ensino do Estado de São Paulo que apresentaram dados e informações referentes aos anos de 1930-1934. www.arquivoEstado.sp.gov.br/educacao/anuario. Acesso em várias datas.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*. 33ª ed. revisada. Campinas: Autores Associados, 2000.

SCHWARTZMAN Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema: Políticas e Ideologias da Educação*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 22ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Katiene Nogueira da. *Criança calçada, criança sadia!:* sobre os uniformes escolares no período de expansão da escola pública paulista (1950/1970). Tese de Doutorado. São Paulo, USP, 2006. Disponível em [HTTP://teses.usp.br/teses/dsiproiveis/48/48134/tde-29062007-152705/Acesso](http://teses.usp.br/teses/dsiproiveis/48/48134/tde-29062007-152705/Acesso) em 02/09/2012.

SILVA, Magda Maria. *História das políticas educacionais no Brasil: a atuação de Fernando de Azevedo de 1920-1930*. Dissertação UEM, Maringá, 2009. www.usp.br/niephe/publicacoes/docs/cap1_Abdala.pdf). Acesso em: 12/08/2012.

SOUZA, Rosa. F. *A renovação do currículo do ensino secundário no Brasil: as últimas batalhas pelo humanismo (1920-1960)*. *Currículo Sem Fronteiras*, v. 9, n. 1, jan./jun., 2007. Acesso em 28 de abril de 2012.

_____. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: (ensino primário e secundário no Brasil)*. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, Rodrigo Augusto de, & MARTINELI, Telma Adriana Pacífico. Revista HISTEDBR On-line Artigo *Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.35, p. 160-162, set.2011 - ISSN: 1676-2584* 160 considerações históricas sobre a influência de John Dewey no pensamento pedagógico brasileiro. Universidade Estadual de Maringá – UEM Acesso em: 04/04/2012.

SPÓSITO, Marília Pontes. *O povo vai à escola: a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo*. São Paulo: Loyola, 1984.

TEIXEIRA, A. S. *Educação e universidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988. Disponível em: <http://publique.rdc.puc-rio.br/revistaalceu/media/pdf> . Acesso em: 20/04/2012.

THIELEN, Eduardo Vilela; SANTOS, Ricardo Augusto dos. *Belisário Penna: notas fotobiográficas*. *Hist. cienc. saude-Manguinhos* vol.9 nº 2 Rio de Janeiro, May/Aug. 2002. <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso 02/04/2012.

VALENTE, W. R. *Os exames de Admissão ao Ginásio: 1931-1969*. PUC-SP, 2005, CD-ROM. Vols: 1, 2 e 3.

VARELA, Julia & ALVAREZ-URIA, Fernando. *A maquinaria escolar*. Revista Teoria & Educação, Porto Alegre, n. 6. 1992.

VENÂNCIO FILHO, Francisco. Instituto de Educação do Distrito Federal. *Arquivos do Instituto de Educação*, Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal: Secretaria Geral de Educação e Cultura, v.2, n.4, p.19-32, dez. 1945.

www.acervo.folha.com.br Folha da Manhã/Folhapress. *Nomeação do Interventor Armando de Salles Oliveira*. Acervo Folha de São Paulo digital. Autorização de uso solicitado e aceito no dia 08/02/2013.

[www.arquivo do Estado de São Paulo 1933](http://www.arquivo.do.Estado.de.Sao.Paulo.1933), *Ginásio Estadual: Educação Física*. 12/02/2013

[www.arquivo municipal de Araraquara](http://www.arquivo.municipal.de.Araraquara). *Escadaria da Casa Da Cultura de Araraquara*, antigo Ginásio do Estado de Araraquara. Acesso em 12/02/2013

[www.arquivo da Fundação para o Desenvolvimento da Educação – SP](http://www.arquivo.da.Fundacao.para.o.Desenvolvimento.da.Educacao.SP) Colégio Culto à Ciência, Campinas, SP. acesso em 12/02/2013

www.armandomoraesdelmanto.com.br *Foto oficial da Bancada da Chapa Única*. Acesso em 18/01/2013

www.crmariocovas.sp.gov.br memorial/ fotos/ *história*. Acesso em 13/12/2012.

www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx *Revolução de 1930*, Getúlio Dornelles Vargas (centro). Acesso em 02/12/2012

[www.museu da escola e inaugurado na capital./EM/D.A Press](http://www.museu.da.escola.e.inaugurado.na.capital./EM/D.A.Press). *Fotografias*. Renato Weil. Minas Gerais. 2012. Acesso em 13/01/2013.